Representação no Brasil

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA O CENÁRIO BRASILEIRO

Tópicos e objetivos de aprendizagem









ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA O CENÁRIO BRASILEIRO

Tópicos e objetivos de aprendizagem

Brasília, 2014

CC BY NC SA
© UNESCO 2014
Esta licença permite aos usuários usar e reproduzir os conteúdos desta publicação somente para fins não comerciais, desde que conservem os créditos à UNESCO e licenciem a nova criação nos mesmos termos.

Esta é uma adaptação para o cenário brasileiro da publicação "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde", publicada originalmente pela UNESCO, Paris, em 2009.

Autores da versão adaptada: Sylvia Cavasin, Thais Gava e Elizabete Regina Baptista
Revisão técnica: Gina Pancorbo , Mary Guinn Delaney, Edneia Soares
Revisão técnica final: Mariana Braga, Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil
Coordenação: Maria Rebeca Otero Gomes, Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil
Colaboradores: Cláudia Pereira Vianna, Cristina Ramos, Edson Fogaça, Giselle Mendonça , Ivan Rocha, Lorena Carvalho, Maria Luiza Monteiro, Mariana Alcalay, Paulo Selveira, Sandra Unbehaum, Silvani Arruda e Vera Simonetti
Revisão gramatical e editorial: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil
Projeto gráfico: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil
Fotografias: Edson Fogaça e Luís Sardá

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro : tópicos e objetivos de aprendizagem. -- Brasília : UNESCO, 2014.
53 p., il.

Incl. bibl.
ISBN: 978-85-7652-189-1

1. Educação sexual 2. Educação sobre aids 3. Política educacional 3. Desenvolvimento curricular 6. Brasil I. UNESCO



UNESCO – Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 2106-3697
Site: www.unesco.org/brasilia
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br
facebook.com/unesconarede
twitter: @unescobrasil

Lista de siglas e abreviaturas

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BSH	Brasil sem Homofobia
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECOS	Comunicação em Sexualidade
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
HIV	Human immunodeficiency virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)
IWHC	International Women's Health Coalition
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTIES	Orientação Técnica sobre Educação em Sexualidade
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEP	Profilaxia Pós-Exposição
PSE	Programa Saúde na Escola
REGES	Rede de Gênero e Educação em Sexualidade
SPE	Saúde e Prevenção nas Escolas
SUS	Sistema Único de Saúde
TARV	Tratamento Antirretroviral
TRA	Tecnologias de Reprodução Assistida
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



Sumário

Agradecimentos 7

Apresentação 9

Introdução 11

PARTE I – Tópicos e objetivos de aprendizagem sobre educação em sexualidade: princípios, estrutura e diretrizes 15

1. Tópicos e objetivos de aprendizagem: princípios e recomendações 16

2. Tópicos e objetivos de aprendizagem: estrutura 17

2.1. Conceitos-chave e tópicos propostos 17

2.2. Faixas etárias 17

3. Diretrizes para o trabalho de educação em sexualidade, nas escolas 18

4. Exemplo de utilização dos tópicos e objetivos de aprendizagem 19

PARTE II – Conceitos-chave e objetivos de aprendizagem: apresentação geral 21

1. Conceito-chave 1 – Relacionamentos 21

2. Conceito-chave 2 – Valores, atitudes e habilidades 26

3. Conceito-chave 3 – Cultura, sociedade e direitos humanos 30

4. Conceito-chave 4 – Desenvolvimento humano 33

5. Conceito-chave 5 – Comportamento sexual 38

6. Conceito-chave 6 – Saúde sexual e reprodutiva 40

Glossário 45

Referências e instrumentos normativos 51

Bibliografia 57

Especialistas 61

Agradecimentos

A UNESCO apresenta nesta publicação as contribuições de especialistas e instituições de ensino e pesquisa que se dispuseram a debater o documento "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade" para a construção de uma perspectiva brasileira sobre estes conteúdos com um recorte cultural e etário.

No século XXI, ainda existem países, sistemas de ensino, escolas, profissionais de educação e famílias que evitam os temas da sexualidade. O resultado é o despreparo de adolescentes e jovens em lidar com a própria sexualidade, com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e com a gravidez.

Na perspectiva de fomentar o acesso a ferramentas e conteúdos que podem promover a construção de currículos inclusivos e que tratem da realidade de crianças, adolescentes e jovens, a UNESCO no Brasil gostaria de expressar sua gratidão a todos àqueles que participaram de quatro encontros regionais – Brasília (2009), São Paulo (2010), Recife (2010) e São Paulo (outubro/2013) – e contribuíram para construção desta ferramenta "Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro".



Apresentação

A "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde" foi publicada pela UNESCO em dois volumes.

O volume I cobre as razões para a introdução deste tema, abordando aspectos de aconselhamento técnico e as características a que devem obedecer os programas para serem considerados efetivos. O volume II apresenta uma proposta mínima dos tópicos e *objetivos de aprendizagem* para um programa de educação em sexualidade para crianças e jovens, entre os 5 e os 18 anos de idade, incluindo uma bibliografia e referências.

Esta publicação, destinada a educadores e educadoras, é o resultado da adaptação para o Brasil dos tópicos e objetivos de aprendizagem[1], volume II da "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade", elaborada pela UNESCO Sede, em Paris, em 2009, em parceria com UNFPA, UNICEF e OMS, no âmbito do UNAIDS.

A intenção é orientar o desenvolvimento de currículos localmente adaptados.

Para a preparação internacional do volume II, foi feita a revisão de currículos em 11 países[2], além da revisão de orientações e normas identificadas por especialistas, e pesquisa em diferentes bases de dados e *websites*. Foram entrevistados diversos *experts* e realizada, em fevereiro de 2009, uma consulta técnica global em 13 países, além de contar com contribuições de especialistas do UNAIDS e outros especialistas das Nações Unidas que são membros do UNAIDS[3].

Deste modo, mesmo não sendo exaustivo, alguns dos *tópicos e objetivos de aprendizagem* são baseados em evidências e em experiências práticas.

O nível de desenvolvimento no Brasil e a experiência prática nesta questão podem certamente introduzir aspectos inovadores e servir futuras versões desta orientação técnica internacional, e seus *tópicos e objetivos de aprendizagem* para educação em sexualidade.

Neste contexto, a Representação da UNESCO no Brasil se interessa em analisar nacionalmente o conteúdo dos tópicos, com o apoio de organizações competentes na matéria, a fim de incorporar a rica experiência brasileira na análise internacional. Por outro lado, considerando a possibilidade de adaptação dos tópicos aos contextos locais, torna-se necessária a validação por especialistas brasileiros nas áreas de gênero e sexualidade, assegurando assim a relevância e adequação dos conteúdos a cada público-alvo em território nacional.

A Representação da UNESCO no Brasil coordenou o processo de validação deste documento em parceria com a Comunicação em Sexualidade (ECOS), e em colaboração com membros da Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES), uma articulação de entidades, pessoas e movimentos da sociedade civil, que atua para que a educação em sexualidade seja reconhecida como parte dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos.

1 Versão em português publicada em 2010 do original "International technical guidance on sexuality education: an evidence formed approach for schools, teachers and health educators, v. 2; topics and learning objectives". Paris: UNESCO, UNAIDS, UNFPA, UNICEF, WHO, 2009.
2 Botsuana, Etiópia, Indonésia, Jamaica, Quênia, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Estados Unidos da América e Zâmbia.

3 UNESCO, UNICEF, OMS, UNFPA e OMS.

Em colaboração com UNFPA, IWHC e ECOS, foram organizadas e realizadas três reuniões regionais da REGES – em Brasília, Recife e São Paulo – ao longo de 2010 e 2011, para discutir o documento original internacional. Participaram docentes de universidades públicas das regiões nas quais as reuniões foram realizadas (Norte/Centro-Oeste, Nordeste e Sul/Sudeste), além de pesquisadores da temática, e lideranças de organizações não governamentais envolvidas com programas, projetos e ações relacionados à promoção da educação em sexualidade e gênero – como o Gênero e Diversidade na Escola (GDE), e o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Participaram, também, representantes de órgãos dos governos estaduais e municipais de cada região, sobretudo as secretarias de saúde e educação envolvidas com o tema da sexualidade.

Após a leitura crítica pelos especialistas, concluiu-se, como era de esperar, que o documento original deveria ser revisto e adaptado, tendo em conta o atual estágio das políticas públicas brasileiras de educação em sexualidade, gênero e diversidade sexual, bem como o avanço da discussão desses temas no Brasil. Aspectos culturais e especificidades do país, naturalmente não previstos no documento internacional, deveriam ser considerados antes da divulgação no Brasil.

O presente documento, preparado, sob os auspícios da UNESCO Brasil, por técnicos e especialistas reconhecidos nacionalmente, constitui o resultado da sistematização das contribuições recebidas de todo o país, e retrata a experiência no Brasil sobre educação em sexualidade.

Introdução

A educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana.

Apesar das grandes transformações sociais e comportamentais no campo da sexualidade e das relações de gênero observadas nas últimas décadas, a maioria das iniciativas escolares de educação em sexualidade, ainda hoje, concentra-se no discurso biologizante e científico do corpo, silenciando sobre questões importantes como o prazer, o desejo e a diversidade sexual. Muitas vezes, essas iniciativas acontecem dentro de um programa ou projeto estruturado em consonância com o plano pedagógico da escola. Outras vezes, ocorrem de forma aleatória, assistemática e pontual, dentro de um calendário de datas comemorativas, em eventos ou campanhas sobre saúde, ou como resposta a alguma situação na escola (namoro, gravidez na adolescência, violência de gênero, entre outras).

A inserção da educação em sexualidade – sobretudo na perspectiva dos direitos – como tema importante nas políticas educacionais no Brasil veio na esteira de um conjunto de mudanças sociais impulsionadas pela instalação do processo democrático, principalmente a partir da década de 1980, sendo a Constituição Federal de 1988 o grande marco que lançou as bases para a configuração de uma noção mais inclusiva e ampliada de cidadania no país. Nessas mudanças, a sociedade civil – por meio de suas diversas organizações – teve papel fundamental na apresentação e na defesa de suas demandas de igualdade social.

Este novo plano de sociedade reconhece a importância da educação na implantação dos ideais de justiça e igualdade necessários para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, a legislação brasileira que regulamentava os direitos de crianças, adolescentes e jovens à educação e proteção do Estado foi reforçada pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, entre outras. O sistema educacional tinha, portanto, papel central na promoção dessas mudanças entre seu alunado, para que as transformações pudessem ser refletidas na sociedade.

Também na década de 1990, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – mais conhecida como Conferência do Cairo – realizada em 1994, e a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher – realizada em Pequim em 1995 –, contribuíram para estabelecer e consolidar os conceitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos que viriam a influenciar e fundamentar as políticas brasileiras nos campos de sexualidade e gênero implantadas nos anos seguintes[4].

4 Ainda que com muita resistência em reconhecer a sexualidade e as relações de gênero como dimensões fundamentais das relações sociais, as políticas educacionais passaram, aos poucos, a incorporar essa dimensão. Dentre essas políticas, destacamos quatro iniciativas federais que têm buscado impactar a educação básica no campo da educação em sexualidade: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1997 e 1999), o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE – 2003), o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (PBSH – 2004) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE – 2006).

A primeira iniciativa do governo federal para a inclusão da sexualidade na perspectiva do gênero como tema legítimo a ser discutido nas escolas foi a publicação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, e dois anos depois, os PCN para o ensino médio. Esses dois documentos trazem como inovação a proposta de transversalização de temas considerados relevantes para a sociedade nos conteúdos escolares. Entre os temas transversais propostos (ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo) está a educação em sexualidade (referida no documento como *orientação sexual*[5]).

Embora com um discurso ainda voltado à prevenção, os PCN lançaram as bases para que a educação em sexualidade – sobretudo na perspectiva das relações de gênero – fosse incluída como tema legítimo e importante no sistema educacional, levando subsídios a professores para que conteúdos específicos fossem incorporados de forma transversal aos currículos da educação básica de forma mais abrangente.

Sintetizando o tratamento a ser dado pela educação em sexualidade na apresentação do documento, os PCN esclarecem que ela deve enfocar as dimensões sociológicas, psicológicas e fisiológicas da sexualidade, adotando, portanto, uma perspectiva mais integral do tema. Também na apresentação o documento enfatiza a importância da discussão das relações de gênero, na medida em que ela "propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis" (BRASIL. MEC, 1998a, v. 8, p. 35).

Dando continuidade às ações no campo da sexualidade e gênero a serem desenvolvidas nas escolas, em 2003 foi lançado o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). O Projeto constitui uma parceria entre Ministério da Saúde, Ministério da Educação, UNESCO, UNICEF e UNFPA na articulação de setores do governo e organizações da sociedade civil para promover estratégias integradas entre saúde e educação. O SPE tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens na faixa de 10 a 24 anos matriculados/as em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

O SPE é considerado o principal projeto de educação sexual proposto pelo governo federal na década de 2000. Como o próprio nome diz, o projeto está focado prioritariamente na discussão sobre a saúde, sobretudo na prevenção das DST/Aids. Em 2005, o Projeto foi reformulado e incorporado pelo Programa Saúde na Escola (PSE) e definiu novas estratégias, como a ampliação das faixas etárias atendidas, a inclusão do monitoramento das escolas no Censo Escolar, entre outras.

Nas diretrizes de implantação do SPE, os especialistas reconhecem a escola como instância privilegiada para o trabalho com a formação integral e o exercício da cidadania, considerando seu papel central na promoção das mudanças sociais.

O SPE, ao longo de sua execução, vem sensibilizando gestores da educação e da saúde no que se refere à implantação de programas articulados de educação preventiva nos sistemas de ensino de todo o país, de forma conjunta com o Sistema Único de Saúde e estimulando o debate e a reflexão sobre as

5 "Ao tratar do tema orientação sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a aids) e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda no contexto sociocultural brasileiro" (BRASIL. MEC, 1998a, p. 287).

questões relativas a sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, direitos humanos e cidadania. Paralelamente, cria grupos de gestores estaduais e municipais do Projeto com características multidisciplinares e garantindo diversidade institucional para o desenho do planejamento local de formação e formulação de materiais nas temáticas do projeto (BRASIL. MEC, 2007).

O SPE tem como propostas inovadoras a disponibilização de preservativos nas escolas, a integração entre escolas e Unidades Básicas de Saúde, bem como a participação da comunidade no processo. Embora o foco do projeto esteja na prevenção, o SPE inclui a discussão sobre relações de gênero, sexualidade e orientação do desejo sexual no "Guia para a formação de profissionais de saúde e educação".

Outra iniciativa inédita no Brasil, com o envolvimento de dez ministérios e ampla participação da sociedade civil, é o Programa Brasil sem Homofobia[6] – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e de Promoção da Cidadania Homossexual. Ao envolver os ministérios federais na promoção de ações voltadas às demandas e cidadania da população LGBT (como segurança, trabalho, participação, educação, saúde, cultura, entre outras), o governo federal reconhece formalmente a necessidade de ações específicas para essa população, bem como a importância de promover políticas de inclusão para a garantia da igualdade de direitos.

A educação é apontada, no Programa, como área estratégica para o combate à homofobia e à discriminação. São previstas ações no campo da formação inicial e continuada de professores na área de sexualidade, avaliação de livros didáticos, produção de materiais educativos, estímulo à pesquisa e difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação da população LGBT.

As pressões exercidas pelos movimentos de mulheres e pelo segmento LGBT, somadas à influência dos organismos internacionais, levam o Ministério de Educação (MEC) a construir uma nova orientação em suas políticas educacionais, de modo a contemplar a diversidade sexual e as relações de gênero em programas e projetos do Ministério. Entre eles, o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), lançado em 2006, foi uma iniciativa da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e do Conselho Britânico, em parceria com o MEC, a Secretaria de Educação a Distância (SEED)[7], a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), bem como a Coordenadoria da Mulher e movimentos sociais dos estados e dos municípios participantes, em convênio com as universidades públicas do país.

A implementação do GDE foi realizada pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), com o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O GDE tem como objetivo a sensibilização de educadores e educadoras da rede pública de ensino em questões relativas a desigualdades de gênero, diversidade sexual e raça/etnia, preparando profissionais da educação para lidar com esses temas de forma transversal no cotidiano das escolas. A concepção do programa entende que discriminações de gênero, orientação sexual e raça/etnia devem ser tratadas de forma conjunta dado que gênero, raça/etnia e sexualidade estão intimamente imbricados na vida social e na história das sociedades.

6 O Programa Brasil sem Homofobia apresenta um conjunto de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate a várias formas de violação dos direitos humanos de GLBT.

7 Devido à extinção da SEED, seus programas e ações estão hoje vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O programa busca preencher a lacuna na discussão dessas temáticas na formação docente continuada, instrumentalizando educadores e educadoras para o combate à misoginia, à homofobia e ao racismo, buscando um rompimento do ciclo de reprodução dessas desigualdades no ambiente escolar. A formação docente continuada é realizada na modalidade de ensino a distância (EaD) com uma etapa presencial, sendo conduzida pelas universidades participantes do programa.

Considerando todos esses avanços nas políticas públicas brasileiras para a inclusão da discussão de temas tão importantes para a igualdade social, a divulgação destes *tópicos e objetivos de aprendizagem* tem como meta somar-se a essas conquistas e ser um instrumento prático para educadores e educadoras de todo o país. Buscou-se, no trabalho de adequação à realidade brasileira, incluir as demandas educacionais que impulsionaram o surgimento dessas políticas, bem como contribuir para trazer essas discussões para a realidade atual das escolas no Brasil.

Tanto a "Orientação técnica internacional de educação em sexualidade" quanto os "Tópicos e objetivos de aprendizagem" para a educação em sexualidade são pautados pela normativa de defesa dos direitos humanos e pelas concepções que promovem a equidade de gênero, o reconhecimento das diversidades e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Sua elaboração foi ancorada na perspectiva de erradicação de todas as formas de intolerância – sexual, de gênero, étnico-racial, religiosa, idade e classe social. A ótica de gênero teve especial destaque, tendo em vista que perpassam as interações escolares e são ainda pouco reconhecida e debatida no âmbito da educação. A inclusão do tema da diversidade sexual poderá auxiliar a escola no combate à homofobia, lesbofobia e transfobia, bem como no questionamento da heteronormatividade.

Como consideração final é bom notar que estes tópicos foram elaborados com base na perspectiva de que a escola não é apenas um lugar de transmissão do saber, mas também lócus de aprendizagem de valores e atitudes. A escola constitui espaço privilegiado para a construção de uma ética que inclua o respeito à diversidade humana e a promoção da solidariedade.

PARTE I

TÓPICOS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM SOBRE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E DIRETRIZES PARA UTILIZAÇÃO



Como dito acima, dos dois volumes da "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade", este texto diz respeito ao volume II – "Tópicos e objetivos de aprendizagem", que pode servir de apoio na preparação de atividades no ambiente escolar. Note-se que é igualmente importante trabalhar com crianças e adolescentes não escolarizados, principalmente aqueles que, por uma série de razões, se encontram marginalizados e, portanto, sujeitos a um início precoce da atividade sexual e vulneráveis a abusos e exploração nessa área.

Este material destina-se a programas de educação em sexualidade já existentes ou à criação de novos programas, e tem como beneficiários crianças e jovens de 5 a 18 anos de idade, nos seguintes níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

As necessidades e preocupações da saúde sexual e reprodutiva de crianças e jovens variam muito intra e inter-regiões, comunidades e países, o que pode afetar a percepção de um objetivo específico de aprendizagem. Esses objetivos devem, portanto, ser sempre ajustados ao contexto com base em dados e informações confirmadas disponíveis. De qualquer modo, a maior parte dos peritos acredita que crianças e jovens querem e precisam de informação sobre sexualidade e saúde sexual de modo abrangente e tão cedo quanto possível.

Um dos propósitos do documento é que crianças, adolescentes e jovens – por meio da discussão de conceitos fundamentais – possam ter uma visão positiva da sexualidade, percebam a importância de uma comunicação clara nas relações interpessoais, desenvolvam o espírito crítico e reflitam a cada tomada

de decisão relativa à sua vida sexual e reprodutiva, garantindo assim o seu bem-estar.

1. Tópicos e objetivos de aprendizagem: princípios e recomendações

Os *tópicos e objetivos de aprendizagem* cobrem quatro princípios do processo de aprendizagem já conhecidos dos professores, ou seja:

(i) Disponibilizar informações precisas sobre tópicos importantes que despertam a curiosidade de crianças, adolescentes e jovens, nomeadamente: crescimento e desenvolvimento, anatomia e fisiologia sexual, reprodução, gravidez e parto, HIV e aids, DST, vida familiar e relações interpessoais, cultura e sexualidade, comportamento sexual, diversidade sexual, abuso, violência baseada em gênero e práticas de risco e danosas.

(ii) Oferecer a crianças, adolescentes e jovens a oportunidade de explorar valores, atitudes e normas referentes à vivência da sexualidade (como indivíduo, na família, interpares, na comunidade) ao comportamento sexual, à saúde, risco e tomada de decisão, e aos princípios de respeito, igualdade de gênero, direitos humanos e igualdade.

(iii) Facilitar a aquisição de habilidades importantes sobre o comportamento sexual para a tomada de decisões, de autoconfiança, comunicação e negociação, e capacidade de recusa da violência sexual, qualquer que ela seja.

(iv) Estimular crianças, adolescentes e jovens a assumir responsabilidade por seu próprio comportamento e a respeitar o direito de outros, assim como estimular aceitação e empatia independentemente do seu estado de saúde ou orientação sexual.

De modo mais geral, os objetivos de aprendizagem para o mesmo conceito-chave são considerados como fundamentos, mantendo-se iguais para todas as faixas etárias. Entretanto, quando o trabalho for iniciado com estudantes das faixas etárias mais avançadas, poderá ser interessante abordar os conteúdos de faixas etárias anteriores, para se obter uma visão geral de como os conteúdos foram introduzidos nas diferentes faixas etárias.

Com base na necessidade e características locais específicas – como normas sociais e culturais –, os conteúdos dos objetivos de aprendizagem podem ser ajustados e incluídos em faixas etárias mais baixas ou mais avançadas.

Para estudantes mais jovens, os conteúdos incluem informações básicas. No entanto, existe uma superposição deliberada entre os níveis III e IV, a fim de acomodar a faixa etária mais ampla de estudantes que podem estar na mesma classe. O nível IV dirige-se a estudantes de 15 a 18 anos ou mais, reconhecendo que alguns estudantes do ensino médio podem ter mais de 18 anos.

Não é exigido o domínio, pelos educadores, de todos os conteúdos que ilustram cada uma das temáticas. Mesmo assim, eles deverão sentir um nível de conforto e confiança, por realizar um trabalho em constante processo de construção e aprofundamento, com o apoio de um roteiro concebido na perspectiva dos direitos humanos.

Tendo ciência desses elementos, os educadores poderão caminhar juntos com seus estudantes de forma realista e interativa, e atender demandas concretas.

É também importante lembrar que instituições internacionais, governamentais e não governamentais que trabalham com educação em sexualidade nas escolas brasileiras entendem que resultados importantes são obtidos sempre que as atividades com a temática

da sexualidade forem associadas a alguma disciplina curricular ou por meio de um projeto específico.

Por outro lado, a adoção de uma metodologia participativa permite reconhecer a experiência dos diferentes participantes e fomentar a reflexão, o intercâmbio de pontos de vista e a busca de acordos que possam traduzir-se em planos de trabalho concretos.

Da mesma forma, nas faixas etárias que correspondem à pré-escola e séries iniciais, o trabalho de educação em sexualidade pode ser muito atraente e se desenvolver por meio de atividades em grupo, jogos, atividades esportivas, brincadeiras, oficinas criativas, desenhos, contação e criação de histórias, fantoches, trabalho com argila, sessão de filmes, enfim, abordando a temática por meio da mistura de uma linguagem simples com uma programação visual cuidadosa e adequada.

2. Tópicos e objetivos de aprendizagem: estrutura

Os temas gerais a serem abordados são definidos no âmbito de conceitos-chave, que se dividem em *tópicos e objetivos de aprendizagem*, os quais, por sua vez, trazem os conteúdos – denominados ideias-chave – distribuídos ao longo das faixas etárias. Os conceitos-chave são os seguintes:

- Relacionamentos
- Valores, atitudes e habilidades
- Cultura, sociedade e direitos humanos
- Desenvolvimento humano
- Comportamento sexual
- Saúde sexual e reprodutiva

2.1. Conceitos-chave e tópicos propostos

É apresentado, a seguir, um quadro geral desses conceitos-chave e dos tópicos que abrangem.

Quadro 1 – Conceitos-chave e tópicos propostos

Conceitos-chave	Tópicos de aprendizagem
1. Relacionamentos	• Famílias • Amizade, amor e relacionamentos • Respeito, tolerância e solidariedade • Namoro, casamento, união estável, filhos e relacionamentos eventuais
2. Valores, atitudes e habilidades	• Valores, atitudes e referências de aprendizado em sexualidade • Normas e influência dos pares sobre o comportamento sexual • Tomada de decisões • Habilidades de comunicação, recusa e negociação • Encontrar ajuda, apoio e orientação
3. Cultura, sociedade e direitos humanos	• Sexualidade, cultura e direitos humanos • Sexualidade e mídia • A construção social do gênero • Violência de gênero, abuso sexual e práticas prejudiciais
4. Desenvolvimento humano	• Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva • Reprodução • Puberdade • Imagem corporal • Privacidade e integridade corporal
5. Comportamento sexual	• Sexo, sexualidade e o ciclo de vida sexual • Comportamento sexual
6. Saúde sexual e reprodutiva	• Saúde reprodutiva • Entender, reconhecer e reduzir o risco de DST, inclusive o HIV • Estigma, tratamento, assistência e apoio às pessoas vivendo com HIV e aids

2.2. Faixas etárias

Foram mantidas as faixas etárias e níveis de idade contidos no documento original, que são diferentes da organização dos níveis de ensino no Brasil. Educadores e educadoras da Educação Infantil e, eventualmente, de outros níveis, devem avaliar a adequação dos conteúdos dos tópicos a crianças de faixas etárias anteriores.

Cada tópico está vinculado a objetivos de aprendizagem específicos, e está agrupado segundo quatro faixas etárias, cada uma com seu nível correspondente.

Os níveis de idade em que assenta a estrutura de utilização destes tópicos e objetivos de aprendizagem são os seguintes:

- Nível I (5 a 8 anos)
- Nível II (9 a 12 anos)
- Nível III (12 a 15 anos)
- Nível IV (15 a 18 anos)

Cada um dos conceitos-chave está ligado a objetivos específicos de aprendizagem, definidos segundo esses quatro níveis de faixa etária; esses objetivos de aprendizagem são definidos para o nível em que vão ser introduzidos, mesmo se devem ser reforçados através das diferentes idades.

A distribuição e a adequação dos conteúdos propostos no documento internacional ao longo das faixas etárias foram minuciosamente analisadas nesta adequação ao contexto brasileiro.

3. Diretrizes para o trabalho de educação em sexualidade na escola

Na tarefa educativa, a construção de conhecimentos é um processo constante. Estes tópicos e objetivos de aprendizagem são apenas um instrumento que poderá ajudar na ampliação dessa construção.

Um dos fatores mais importantes para garantir a efetividade do trabalho com o tema da sexualidade é contar com profissionais envolvidos, implicados e convencidos da importância da proposta, que para muitas pessoas é ainda um assunto difícil e polêmico.

Algumas sugestões quanto aos procedimentos iniciais, para a sua realização do trabalho em sexualidade, são feitas a seguir:

(i) A proposta deve ser incluída no planejamento previsto no projeto anual da escola e direcionada para as diferentes faixas etárias. O envolvimento da comunidade escolar é imprescindível. Alunos e alunas, pais e mães, e todos aqueles que podem contribuir para um processo educativo democrático devem dar sua contribuição, tornando a metodologia participativa uma realidade desde o início do trabalho.

(ii) A escola poderá tomar algumas iniciativas para garantir que a comunidade escolar esteja comprometida com o processo. Para tal, é imprescindível:

- sensibilizar todas as instâncias da instituição sobre a importância do trabalho no âmbito escolar;
- informar e explicar a proposta de trabalho a toda a comunidade escolar, e pedir colaboração e sugestões;
- apresentar os tópicos e objetivos de aprendizagem e eventualmente as "Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade", disponibilizando o material para quem quiser conhecê-lo, abrindo espaço para discussões e dúvidas;
- realizar uma reunião com pais e mães para apresentar a proposta.

(iii) Os conceitos-chave devem ser utilizados como ponto de partida por educadores após uma edição ou priorização de tópicos de interesse dentro de um programa de educação em sexualidade de forma planejada, sistemática e transformadora, considerando as especificidades da escola.

(iv) A leitura minuciosa de cada conceito-chave, e seus desdobramentos, deverá funcionar como parâmetro para a

compreensão mais ampla de cada tema. O aprofundamento dos conhecimentos pode compor o repertório temático e os planos de aula para atuação com maior desenvoltura e segurança.

(v) Cada um dos conceitos-chave abarca tópicos de aprendizagem a serem desenvolvidos na ação educativa, dentro de cada um dos níveis de idade mencionados (faixa etária).

A proposta de *tópicos e objetivos de aprendizagem* compreende, desse modo, um cuidadoso roteiro para a preparação dos temas a serem tratados.

4. Exemplo de utilização dos tópicos e objetivos de aprendizagem

Para efeito demonstrativo, segue um exemplo de utilização dos *tópicos e objetivos de aprendizagem* – volume II da "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade" – na operacionalização dos conceitos-chave e tópicos de aprendizagem.

Foi escolhida apenas uma situação, mas o formato desenhado a seguir pode ser utilizado para os outros conceitos, tópicos e faixas etárias.

Situação escolhida para ilustração

No contexto do projeto de educação em sexualidade na escola, foi identificado o interesse em trabalhar com:

Conceito-chave 1: Relacionamentos

Tópico de aprendizagem: 1.1 – Famílias, junto à turma de alunos/as na faixa etária de 5 a 8 anos (nível I).

Objetivos de aprendizagem para o nível I (5-8 anos): Definir o conceito de família com exemplos dos diferentes tipos de estruturas familiares.

Ideias-chave:

• A maioria das crianças é criada e educada por uma família constituída ou não por laços de sangue ou parentesco.

• A composição das famílias muda ao longo do tempo.

• Quando se tornam adultas, muitas pessoas constituem suas próprias famílias.

• Existem vários tipos de famílias, sendo que todas são importantes e devem ser reconhecidas.

• Os membros da família têm diferentes necessidades e papéis. Desigualdades de gênero refletem-se nos papéis e responsabilidades de cada um

• Em geral, os membros de uma família cuidam uns dos outros.

• As famílias constroem e compartilham regras e valores entre seus membros.

• Nas famílias, as desigualdades podem gerar sentimentos de injustiça, raiva, medo tristeza e ciúme.

Como proceder:

• Avaliar a importância de trabalhar os temas Relacionamentos e Famílias com a faixa etária de 5 a 8 anos.

• Analisar o objetivo proposto para esse tópico: "Explicar que as famílias podem ser compostas de diferentes formas, e que todas são importantes, devendo ser reconhecidas, valorizadas e ter seus direitos garantidos".

• Utilizar o Glossário (Apêndice 1), ler as definições que se associam com os termos relacionamentos e famílias (casamento, cultura, gênero, homoparentalidade, preconceito, valores, entre outros). Essa aproximação com os conceitos ajudarão a compor os objetivos específicos esperados de cada ação junto às crianças.

• Observar que, independente da faixa etária, é primordial ler todos os tópicos de aprendizagem relacionados a 1.1 – Famílias, para todas as faixas etárias. Isso é importante para se obter uma visão de como os temas vão se configurando em cada faixa etária, e perceber como os conceitos fundamentais da "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade" (direitos humanos, solidariedade, equidade de gênero etc.) permeiam todos os conteúdos, adquirindo complexidade à medida que aumentam as idades.

• Proceder à seleção das ideias-chave referentes a 1.1 – Famílias para a faixa etária de 5 a 8 anos. Selecionar as ideias-chave que forem necessárias para a realização do trabalho, não importando a ordem sequencial; a proposta é que as ideias-chave sirvam de base àquilo que é importante abordar com crianças.

Suponhamos que as escolhas tenham sido as seguintes:

» "A composição das famílias muda ao longo do tempo".

» "A maioria das crianças é criada e educada por uma família constituída ou não por laços de sangue ou parentesco".

» "Existem vários tipos de famílias, sendo que todas as formas são importantes e devem ser reconhecidas".

• É relativamente fácil constatar que cada uma das três ideias-chave selecionadas permite a reflexão sobre o que é a família e a valorização da diversidade dos modelos familiares da atualidade. Essas ideias-chave estão em consonância com o objetivo proposto para esse tópico de aprendizagem.

• Fazer leituras complementares sobre os temas que serão abordados; buscar informações, filmes e literatura que tratem do tema, sem perder de vista a adequação à faixa etária.

• Pesquisar e selecionar materiais que possam ser utilizados, de acordo com a temática e a faixa etária.

• Programar ações junto às crianças utilizando desenhos e ilustrações de famílias em várias épocas; propor desenhos sobre a composição das próprias famílias e valorizar as diferentes configurações; realizar leituras de histórias que mostrem a diversidade e as relações afetivas entre os membros da família. Enfatizar a importância de se respeitar e valorizar todos os tipos de família. Realizar rodas de conversa, promover diálogos que permitam uma releitura dos padrões tradicionais de família e introduzir novas concepções sobre sua dinâmica e formação. Utilizar filmes, jogos, oficinas lúdicas, enfim, técnicas que promovam o conhecimento, o diálogo e a criatividade.

• Avaliar conjuntamente o que foi relevante na atividade realizada, e que conhecimentos e impressões foram marcantes.

• Finalizar salientando aspectos associados ao reconhecimento e ao respeito às diferentes configurações familiares.

Este exemplo é apenas ilustrativo e caberá aos educadores buscar outras possibilidades de trabalho com os temas na escola.

PARTE II

CONCEITOS-CHAVE E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM: APRESENTAÇÃO GERAL

1. Conceito-chave 1 – Relacionamentos

1.1. Famílias

Objetivos

Definir o conceito de família com exemplos dos diferentes tipos de estruturas familiares.

Famílias podem ser compostas de diferentes formas, e todas são importantes, devendo ser reconhecidas, valorizadas e ter seus direitos garantidos.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• A maioria das crianças é criada e educada por uma família constituída ou não por laços de sangue ou parentesco.

• A composição das famílias muda ao longo do tempo.

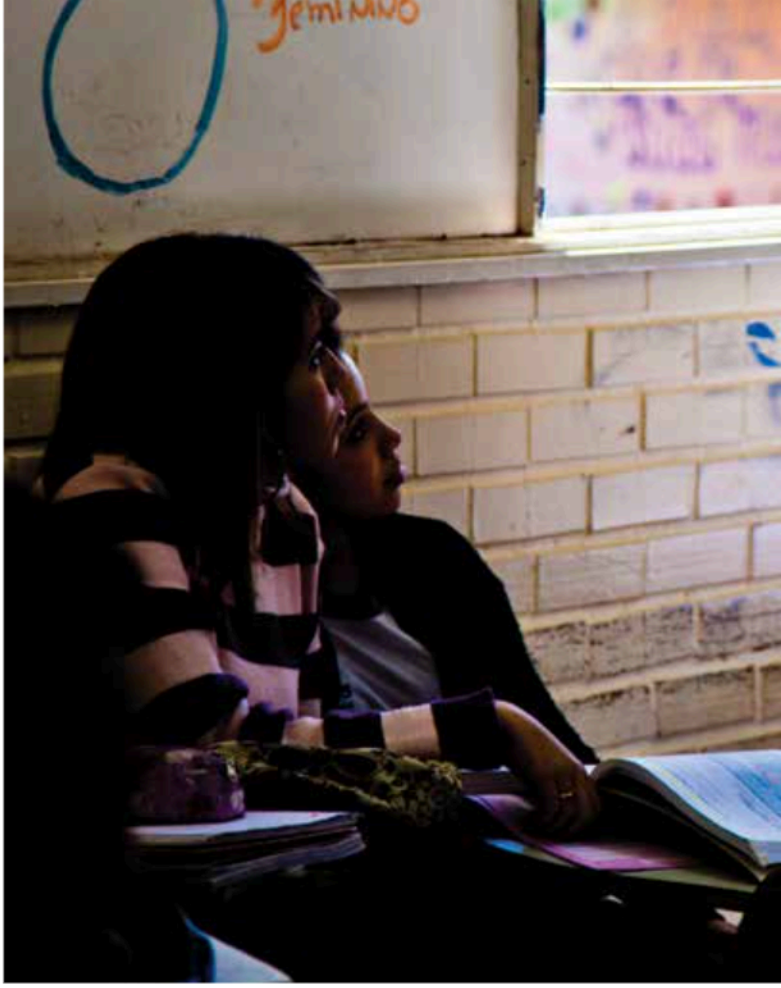
• Quando se tornam adultas, muitas pessoas constituem suas próprias famílias.

• Existem vários tipos de famílias, sendo que todas são importantes e devem ser reconhecidas.

• Os membros da família têm diferentes necessidades e papéis. Desigualdades de gênero refletem-se nos papéis e responsabilidades de cada um

• Em geral, os membros da família cuidam uns dos outros.

• As famílias constroem e compartilham regras e valores entre seus membros.



Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Entre os diversos tipos de família estão: nuclear, estendida, homoafetiva, homoparental, sem filhos, chefiada por pai, mãe, avós, madrastas, padrastos, tutores ou crianças.

• As famílias podem promover a igualdade, em termos de papéis e responsabilidades.

• Desentendimentos e conflitos são comuns nas famílias, mas o respeito entre os membros podem ajudar a manter o equilíbrio das relações.

• As famílias transmitem valores às crianças e podem influenciar suas escolhas.

• A comunicação é importante para um bom relacionamento familiar.

• Os membros da família podem orientar e apoiar as decisões de seus integrantes.

• Diversos fatores podem afetar a estrutura das famílias, tais como: nascimento, ado-

ção, casamento, divórcio, separação, desemprego, prisão, envelhecimento, doença, morte e mudança geográfica.

• Mudanças econômicas e sociais podem afetar a dinâmica familiar.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Igualdade, cooperação mútua e respeito mútuo são importantes para a boa dinâmica familiar.

• Mudanças de comportamento durante a adolescência são comuns. Nessa fase, as pessoas passam por um processo de diferenciação em relação à família.

• Na adolescência, é comum o surgimento de conflitos familiares devido a divergências de opiniões e valores, sendo esses conflitos geralmente contornáveis.

• À medida que as crianças crescem, seu mundo se expande para além dos limites da família. Nesse momento, os pares tornam-se particularmente importantes.

• Crescer significa assumir responsabilidade por si e pelos outros.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Quando ocorre uma crise na família, é importante o apoio mútuo entre seus membros.

• As atribuições familiares podem mudar quando um membro revela uma doença grave (como as DST), gravidez, uma orientação sexual diferente da heterossexualidade, identidade de gênero desassociada de seu sexo biológico, ou quando ocorre separação familiar.

• Existem sistemas de apoio para famílias em momentos de crise.

1.2. Amizade, amor e relacionamentos

Objetivo

Explicar que relacionamentos são interações que podem ter como base a amizade e o afeto, mas também podem envolver conflitos e desacordos.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Existem diferentes tipos de amizade.

• As pessoas podem ter muitos ou poucos amigos e amigas.

• Os amigos podem ser de qualquer sexo, etnia, idade, classe social, podem ter ou não deficiências.

• As amizades são baseadas em confiança, respeito, compartilhamento, empatia e solidariedade.

• Muitas vezes ocorrem conflitos entre amigos, mas o respeito às diferenças de opinião ajudam a manter as amizades.

• Geralmente, as pessoas têm diversas experiências amorosas ao longo da vida.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Existem diferentes formas de expressar amizade: abraços, carinhos, bilhetes, redes sociais.

• As pessoas escolhem seus amigos e amigas, geralmente, com base em afinidade de pensamento, comportamento, gostos e preferências.

• É comum que amizades e relacionamentos amorosos terminem.

• Etnia, classe social, idade, orientação sexual e identidade de gênero não devem ser barreiras para a formação de amizades e relacionamentos amorosos.

• Todas as pessoas são capazes de dar e receber afeto.

• A igualdade deve ser a base de todos os relacionamentos.

• Para que haja igualdade, deve haver respeito mútuo às diferenças de etnia, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras.

• Amizade e/ou amor ajudam as pessoas a se sentirem bem com elas mesmas.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Amor, amizade, paixões e atração sexual envolvem diferentes emoções.

• Os amigos podem se influenciar de diferentes formas.

• Namorar (ou ficar) não significa, necessariamente, ter envolvimento sexual.

• Existem muitas formas de expressar afeto em um relacionamento amoroso, como conversar, passear, conhecer o outro, passar o tempo juntos.

• Algumas pessoas têm interesse amoroso/sexual por pessoas de outro sexo (heterossexuais); outras, por pessoas do mesmo sexo (homossexuais); outras, por pessoas de qualquer dos sexos (bissexuais); algumas pessoas não têm interesse sexual (assexuais).

• Mulheres homossexuais também são chamadas de lésbicas. Homens homossexuais também são chamados de gays.

• Nem todas as pessoas têm interesse em relacionamentos amorosos ou sexuais.

• Os relacionamentos amorosos podem ser afetados por desigualdades de gênero.

• O abuso e a violência em relacionamentos amorosos estão fortemente vinculados a desigualdades das relações de gênero.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• As amizades oferecem oportunidades de se conhecer a diversidade humana.

• Algumas amizades podem se transformar em relações amorosas.

• Nem todos os sentimentos amorosos são correspondidos.

• Para que haja um relacionamento amoroso, é necessário que haja vontade de ambas as partes.

• Em um relacionamento amoroso, as pessoas podem decidir ter ou não relações sexuais.

• Habilidades para identificar relações abusivas/violentas podem ser aprendidas.

• Na maioria dos países, existem leis contra o abuso/violência em relacionamentos amorosos.

• Os relacionamentos abusivos/violentos devem ser denunciados.

• Em geral, existem canais de apoio para auxiliar pessoas em relacionamentos abusivos/violentos.



1.3. Respeito, tolerância e solidariedade

Objetivo

Apresentar e discutir a importância dos princípios de tolerância, respeito e solidariedade nas relações humanas, colocando-as em prática.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

- Todos os seres humanos merecem respeito.
- Cada ser humano é único e valioso, e pode contribuir para a sociedade.
- Tolerância, aceitação, solidariedade e respeito são importantes para a vida em sociedade.
- Ofender, caluniar e rir das pessoas são atitudes prejudiciais à convivência.
- Preservar a própria privacidade e a de outras pessoas é uma forma de respeito.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

- Assediar e intimidar alguém são atitudes desrespeitosas, prejudiciais e violam os direitos humanos.
- Postar informações sobre si mesmo ou sobre outras pessoas na internet pode ter consequências prejudiciais.
- A discriminação com base em diferenças (estado de saúde, cor, sexo, origem regional, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras) constitui violação dos direitos humanos.
- Pessoas que estão sendo assediadas ou sofrendo *bullying* devem ser defendidas.
- Situações de perseguição ou intimidação devem ser informadas a alguma pessoa adulta de confiança.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

- A discriminação é sempre prejudicial.
- O estigma também pode ser autoinfligido e levar ao silêncio, à negação, e ao segredo.
- As pessoas devem se manifestar contra o preconceito e a intolerância.
- Em geral, existem mecanismos de apoio para auxiliar pessoas sofrendo discriminação.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

- Todas as pessoas são diferentes e devem ser respeitadas.
- A discriminação tem um impacto negativo sobre pessoas, comunidades e sociedades.
- Além da prática da tolerância, é preciso superar as condições assimétricas e desiguais que marginalizam as pessoas ou grupos considerados diferentes.
- Em muitos lugares, existem leis contra a intolerância e a discriminação.

1.4. Namoro, casamento, união estável, filhos e relacionamentos eventuais

Objetivo

Explicar que os relacionamentos interpessoais variam conforme o tipo de sociedade, cultura e época.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

- Algumas pessoas se casam ou se unem porque querem compartilhar suas vidas ou porque são forçadas a isso.
- As pessoas podem ou não querer ter filhos.

• Algumas relações terminam em separação, quando os parceiros decidem que não querem mais viver juntos.

• A separação pode causar sofrimento para os membros da família por algum tempo.

• O bem-estar dos filhos pode ser afetado por dificuldades em relacionamentos familiares.

• Após a separação, as crianças poderão morar com o pai ou com a mãe, ou com outros familiares.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• As leis e as práticas culturais determinam a forma como a sociedade organiza o casamento, a formação de parcerias e a criação de crianças.

• Casamentos, uniões estáveis e outras formas de relacionamento amoroso requerem esforço de seus integrantes

• Todas as pessoas têm o direito de decidir se querem se casar e ter filhos e filhas.

• Caso resolvam ter filhos, as pessoas devem ter o direito de decidir quando e quantos.

• A criação de filhos/as é acompanhada por responsabilidades.

• Gravidez, adoção e tecnologias de fertilidade são formas de ter filhos.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Algumas pessoas terão vários relacionamentos amorosos ao longo da vida; outras terão menos; outras, ainda, não têm interesse por relacionamentos amorosos.

• Pessoas do mesmo sexo em um relacionamento amoroso podem enfrentar preconceito e discriminação da sociedade.

• O ficar pode ou não se transformar em namoro.

• Relacionamentos e casamentos que duram baseiam-se em amor, respeito e tolerância.

• Casamento antes do tempo e gravidez na adolescência, em geral, têm consequências negativas para a saúde e de caráter social

• Os casamentos, namoros e relacionamentos eventuais devem ser baseados no respeito.

• A cultura e os papéis de gênero têm um impacto sobre a criação de filhos e filhas.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Namorar e ficar podem oferecer experiências de aprendizado sobre relacionamentos amorosos e sexualidade.

• Nem todos os adolescentes e jovens namoram, ficam ou têm relacionamentos amorosos.

• Pessoas do mesmo sexo em um relacionamento amoroso devem ser respeitadas.

• Adolescentes e jovens decidem iniciar relacionamentos amorosos e sexuais em diferentes idades; alguns, mais cedo; outros, mais tarde.

• O bem-estar de crianças pode ser afetado por dificuldades em se relacionar;

• Nem todos os namoros incluem relações sexuais.

• Um relacionamento amoroso não deve obscurecer a importância de outros aspectos da vida, como amigos, família, estudos e planos profissionais.

• Muitos fatores influenciam a decisão por ter ou não ter filhos e filhas.

2. Conceito-chave 2 – Valores, atitudes e habilidades

2.1. Valores, atitudes e referências de aprendizagem em sexualidade

Objetivo

Identificar valores como convicções compartilhadas com base na cultura e na época. Reconhecer que nem sempre os valores pessoais (por exemplo, morais e religiosos) estão em conformidade com aqueles considerados importantes para a vida em sociedade, os quais devem ser pautados pelos direitos humanos.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Valores são convicções fortes mantidas por pessoas, famílias e sociedades a respeito de questões consideradas importantes.

• De modo geral, as famílias transmitem seus valores às crianças.

• Valores e crenças podem orientar ações e decisões sobre vida e relacionamentos.

• Pessoas, pares, famílias e comunidades podem ter valores diferentes e devem ser respeitados, desde que não estejam em desacordo com os direitos humanos.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Na maioria das famílias, as mães e os pais ensinam e dão o exemplo de seus valores a seus filhos e filhas.

• A transmissão de valores ocorre por meio de palavras, expressões, atitudes e comportamentos.

• Os valores e as atitudes transmitidos pelas famílias e comunidades podem ser fontes de nosso aprendizado sobre sexualidade.

• Os valores de uma pessoa podem mudar ao longo da vida.

• Os valores referentes a gênero, relacionamentos, intimidade, amor, sexualidade e reprodução influenciam o comportamento e a tomada de decisões pessoais.

• Os valores culturais influenciam a igualdade e as expectativas de gênero masculino e feminino.

• Os valores culturais podem ser questionados e reformulados.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• É importante conhecer de que modo nossos próprios valores, crenças e atitudes afetam os direitos de outras pessoas.

• É comum que adolescentes critiquem ou questionem os valores familiares.

• À medida que os relacionamentos se diversificam, as pessoas entram em contato com diferentes valores.

• Todas as pessoas devem ter solidariedade e respeito por diferentes valores, crenças e atitudes.

• Os valores voltados aos direitos humanos buscam incluir toda a sociedade; portanto, devem ser conhecidos e respeitados.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• À medida que crescem, os filhos desenvolvem seus próprios valores, que podem ser diferentes dos valores de seus familiares.

• Todas as relações se beneficiam quando as pessoas respeitam os valores umas das outras.

• É preciso saber diferenciar entre os valores pessoais (morais, religiosos) e os valores importantes para a vida em sociedade, como o respeito e a solidariedade à diversidade humana e às diferenças de pensamento.

2.2. Normas e influência dos pares sobre o comportamento sexual

Objetivo

Explicar como a influência de pares e as normas sociais têm efeito sobre decisões e comportamento sexual, e a importância da aquisição de habilidades para resistir à pressão de pares.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

- As pessoas são influenciadas pelos pares de formas diferentes.
- As pessoas são influenciadas pelas normas estabelecidas pela sociedade em que vivem.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

- As normas estão ligadas aos valores e podem variar de acordo com as diferentes pessoas, famílias, grupos e sociedades.
- As normas sociais influenciam valores e comportamentos, inclusive os sexuais.
- Cada pessoa necessita aprender a avaliar, aceitar ou rejeitar a influência dos pares em sua identidade, comportamento e atitudes.
- Normas sociais, valores e pressão de pares podem ser questionados.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

- As normas sociais e a influência de pares podem afetar a tomada de decisão e o comportamento sexual.
- Cada um deve aprender a identificar situações nas quais a assertividade é particularmente importante.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

- É possível tomar decisões sobre comportamento sexual com base na razão.
- As decisões devem ser tomadas individualmente, conforme as particularidades de cada um.
- Algumas decisões podem ser boas para algumas pessoas, mas não para outras.
- As pessoas podem resistir à influência de pares e normas sociais em sua tomada de decisão sobre o comportamento sexual.

2.3. Tomada de decisão

Objetivo

Demonstrar a importância do desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões e enfatizar que todas as decisões têm consequências.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

- As pessoas são capazes de tomar suas próprias decisões.
- Todas as decisões têm consequências.
- A tomada de decisão é uma habilidade que pode ser aprendida.
- Crianças, adolescentes e jovens podem precisar de ajuda de pessoas adultas para tomar decisões.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

- A tomada de decisão pode envolver diferentes passos.
- Algumas decisões têm consequências que podem ser previstas.

• Múltiplos fatores influenciam as decisões, inclusive amigos, cultura, estereótipos de gênero, pares e mídia.

• Pessoas adultas de confiança podem ser fontes de ajuda para a tomada de decisão.

• Para tomar decisões, é preciso saber o que queremos e avaliar as consequências.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Barreiras podem dificultar a tomada racional de decisões sobre o comportamento sexual.

• As emoções são fatores importantes na tomada de decisão sobre o comportamento sexual.

• O álcool e outras drogas podem prejudicar a tomada racional de decisões sobre comportamento sexual.

• Tomar decisões sobre o comportamento sexual inclui considerar todas as possíveis consequências.

• Decisões sobre o comportamento sexual podem afetar a saúde, o futuro e os planos de vida.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• O comportamento sexual pode trazer consequências pessoais e para outros, como gravidez ou DST, inclusive o HIV.

• Existem convenções e acordos internacionais relativos à saúde sexual e à saúde reprodutiva que oferecem orientações úteis sobre os direitos humanos.

• Esses acordos e convenções internacionais podem ser examinados em conjunto com a legislação nacional relacionada ao acesso a serviços de saúde.

2.4. Habilidades de comunicação, recusa e negociação

Objetivo

Demonstrar a importância do desenvolvimento de habilidades para a comunicação efetiva.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas têm o direito de se expressar.

• A comunicação é importante em todas as relações, inclusive entre pais, mães, filhos, filhas, pessoas adultas de confiança e amigos.

• As pessoas têm diferentes modos de se comunicar, inclusive a comunicação verbal e não verbal.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• A comunicação efetiva utiliza diferentes modos e estilos, e pode ser aprendida.

• A comunicação firme das ideias de sim e não pode ajudar a manter algum controle sobre a privacidade e a integridade corporal.

• As normas rígidas de gênero podem afetar a comunicação entre as pessoas.

• A negociação requer respeito, cooperação e compromisso mútuos de todas as partes.

• Embora a assertividade seja importante, nem sempre é suficiente para controlar todas as situações relativas à nossa privacidade e integridade corporal. Nesses casos, existem canais de ajuda e apoio.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• A boa comunicação é essencial para as relações pessoais, familiares, amorosas, escolares, entre outras.

• A comunicação efetiva pode ser dificultada por obstáculos.

• As expectativas de gênero influenciam a negociação de relações sexuais mais protegidas.

• A boa comunicação pode ajudar crianças e jovens a recusar pressões sexuais não desejadas e abuso por pessoas em posição de autoridade e outros adultos.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• A assertividade e as habilidades de negociação devem ser utilizadas para a prática do sexo seguro.

2.5. Encontrar ajuda, apoio e orientação

Objetivo

Apresentar informações e oferecer esclarecimentos sobre fontes seguras de apoio e proteção para as situações de violação de direitos.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas têm direito a proteção e apoio.

• Amigos, familiares, professores e membros da comunidade podem e devem ajudar uns aos outros.

• Pessoas adultas de confiança podem ser fontes de ajuda e apoio.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Algumas situações de violação de direitos podem requerer ajuda para além da família, da escola ou da comunidade.

• O assédio e a violência sexual devem ser notificados a uma fonte de ajuda de confiança.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Vergonha e culpa não devem ser barreiras à busca de ajuda.

• É necessário fazer uma avaliação crítica ao usar a mídia (como a internet) como fonte de auxílio.

• Existem instituições de apoio em saúde sexual e saúde reprodutiva, tais como: aconselhamento, exames e tratamento para DST/HIV; serviços de contracepção, assistência pós-aborto, entre outros.

• Existem canais de apoio e ajuda para situações de abuso/violência sexual, estupro, violência doméstica e de gênero, discriminação, entre outros.

• As boas fontes de ajuda mantêm o sigilo e protegem a privacidade.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Em situações de violação dos direitos, todas as pessoas têm direito a ajuda e apoio prestados de forma respeitosa, que mantenha o sigilo e proteja a privacidade.

3. Conceito-chave 3 – Cultura, sociedade e direitos humanos

3.1. Sexualidades, cultura e direitos humanos

Objetivo

Apresentar os conceitos de sexo, sexualidade e normas de gênero, demonstrando como esses aspectos da vida humana se apresentam nas diferentes culturas e na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Famílias, pessoas, grupos, comunidades e mídia são fontes de informação sobre sexualidade e gênero.

• Os valores e crenças de nossas famílias e comunidades podem orientar nosso entendimento sobre sexo, sexualidade e gênero.

• De maneira geral, as pessoas têm opiniões diferentes sobre muitas coisas e deveriam expor suas ideias sem serem desrespeitadas.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Todas as culturas têm normas e tabus relacionados à sexualidade e ao gênero que se modificam ao longo do tempo.

• A cultura, a sociedade, as leis e os padrões de direitos humanos influenciam nosso entendimento sobre sexualidade.

• As pessoas podem questionar e refletir sobre as normas rígidas de comportamento impostas pela cultura no que diz respeito a gênero e sexualidade.

• Cada cultura tem seus ritos de passagem específicos para a idade adulta.

• O reconhecimento dos direitos humanos requer o respeito às opiniões de outras pessoas sobre sexualidade.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Acordos internacionais e instrumentos de direitos humanos oferecem orientação sobre saúde sexual e saúde reprodutiva.

• Fatores culturais influenciam o que é considerado socialmente aceitável ou não no exercício da sexualidade.

• As pessoas devem analisar de forma crítica as mensagens das instituições sociais (família, escola, igreja, mídia, grupos sociais) a respeito da sexualidade para não reproduzi-las sem reflexão.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Existem marcos legais nacionais e internacionais referentes a idade de consentimento, orientação sexual, estupro, violência sexual, vida com HIV e aids e acesso das pessoas a serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva.

• O reconhecimento dos direitos humanos requer que pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero sejam respeitadas.

• Todas as pessoas deveriam expressar suas opiniões sobre sexualidade, e estar dispostas a ouvir opiniões diferentes das suas.

• A cultura, os direitos humanos e as práticas sociais influenciam a igualdade e papéis de gênero.

• Em todos os grupos sociais, inclusive na escola, existem normas explícitas ou implícitas sobre as expectativas de comportamento sexual de adolescentes e jovens.

3.2. Sexualidade e mídia

Objetivo

Estimular o desenvolvimento do espírito crítico sobre o papel da mídia e o exercício criterioso sobre a produção midiática.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• A televisão, a internet, os livros e os jornais são diferentes formas de meios de comunicação (mídia).

• As histórias retratadas pelos meios de comunicação podem ser reais ou não.

• Pais, mães e educadores podem ajudar as crianças a diferenciar fantasia de realidade nas produções midiáticas.

• Há programas na TV, no rádio, na internet, filmes, revistas, fotos e textos que não são adequados para crianças.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Os meios de comunicação podem trazer representações positivas e negativas de diversidade sexual, gênero, classe social e etnia.

• Os meios de comunicação influenciam valores pessoais, atitudes e normas sociais relativas a gênero e sexualidade.

• Adolescentes devem pedir esclarecimentos a seus familiares e professores sobre as mensagens não compreendidas veiculadas na mídia.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• As mídias veiculam diferentes modelos de gênero e comportamentos sexuais, que devem ser debatidos e questionados.

• Os meios de comunicação de massa influenciam nossos ideais de beleza e estereótipos de gênero.

• Representações de homens e mulheres na mídia influenciam nossa autoestima.

• Alguns conteúdos da mídia ridicularizam gays, lésbicas, travestis e transexuais.

• Os relacionamentos amorosos apresentados pela mídia raramente correspondem à vida real.

• Família e escola são instituições importantes para desmistificar, junto aos adolescentes, ideias fantasiosas veiculadas na mídia sobre corpo, sexualidade e relacionamentos.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Representações de homens e mulheres na mídia devem ser questionadas.

• A mídia tem o poder de influenciar o comportamento e de promover relações de gênero igualitárias ou não.

• A mídia é um canal importante para a divulgação de informações, valores, comportamentos e ideias referentes aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos.

• As pessoas devem desenvolver um olhar crítico em relação aos conteúdos divulgados pela mídia.

• Grande parte da mídia reforça a heteronormatividade e ridiculariza a diversidade sexual.

3.3. A construção social do gênero

Objetivo

• Propiciar a compreensão sobre gênero, sexo e sexualidade e discutir como as normas sociais de gênero limitam as vivências de homens e mulheres e devem ser problematizadas.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Famílias, escolas, amigos, meios de comunicação e a sociedade são fontes de aprendizado sobre normas e expectativas de gênero.

• As atividades exclusivas para meninos e meninas são impostas pela cultura e podem ser alteradas.

• As tarefas domésticas cotidianas, de maneira geral, podem ser executadas por homens e por mulheres.

• Meninos e meninas podem participar igualmente das mesmas brincadeiras e jogos.

• Existem diferentes formas de ser menina e menino.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• As normas sociais e culturais influenciam as expectativas de gênero.

• Estereótipos de feminilidade associam às mulheres características como passividade, afetividade, fragilidade, emotividade e habilidade para cuidar.

• Estereótipos de masculinidade associam aos homens características como agressividade, força, objetividade, racionalidade, competitividade e habilidade para a vida pública.

• Os estereótipos relacionados ao feminino e ao masculino limitam as vivências de homens e mulheres.

• Existem desigualdades de gênero em famílias, relacionamentos amorosos, amizades, comunidades e sociedade.

• Todas as pessoas são responsáveis por superar a desigualdade de gênero.

• Os direitos humanos promovem a igualdade entre todas as pessoas.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Os estereótipos de gênero influenciam de forma negativa a vida das pessoas.

• Os valores pessoais muitas vezes reforçam o preconceito, a discriminação e a violência de gênero.

• A igualdade de gênero promove uma tomada de decisão equânime em relação ao comportamento sexual e ao planejamento reprodutivo.

• Padrões de comportamento diferentes e desiguais às vezes são aplicados a homens e mulheres.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Estereótipos de gênero prejudicam a vida de homens e mulheres.

• Existe um amplo entendimento de que a orientação sexual e a identidade de gênero são influenciadas por muitos fatores.

• Existem diferentes formas de ser homem e mulher.

• A desigualdade de gênero pode aumentar o risco de coação, abuso e violência sexual.

3.4. Violência de gênero, abuso sexual e práticas prejudiciais

Objetivo

Explicar o que é abuso/violência sexual e violência de gênero praticados por pessoas adultas, jovens, adolescentes e pessoas em posições de autoridade.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Os direitos humanos protegem todas as pessoas contra o abuso/violência sexual e a violência de gênero.

• O toque inapropriado, o sexo indesejado e o estupro são formas de abuso/violência sexual.

• O abuso/violência sexual é sempre errado e jamais é culpa da pessoa abusada.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• O abuso/violência sexual pode trazer sérias consequências para a vida de crianças e adolescentes, devendo ser denunciado.

• Existem maneiras de procurar ajuda em caso de abuso/violência sexual.

• Crianças e adolescentes vítimas de abuso/violência sexual necessitam de apoio médico e psicológico.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Todas as formas de abuso/violência sexual e violência de gênero praticadas por pessoas adultas, jovens, adolescentes e pessoas em posições de autoridade são violações aos direitos humanos.

• Existem pessoas adultas de confiança que podem encaminhar vítimas de abuso/violência sexual e de gênero para os serviços de apoio.

• A violência sexual está ancorada na desigualdade de gênero.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Abuso sexual, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são crimes previstos na Constituição Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal Brasileiro.

• Todas as pessoas têm responsabilidade pela construção de relações de gênero mais igualitárias.



4. Conceito-chave 4 – Desenvolvimento humano

4.1. Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva

Objetivo

Apresentar a anatomia e a fisiologia sexual e reprodutiva masculina e feminina e discutir a importância dos corpos dentro de cada sociedade, cultura e época.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas têm um corpo único, que merece respeito.

• O corpo é um todo integrado e cada parte tem um nome e uma função específica.

• Os órgãos reprodutores de homens e mulheres têm partes internas e externas.

• É comum as crianças explorarem as sensações agradáveis do próprio corpo.

• Há vários jogos e brincadeiras entre as crianças que fazem parte da curiosidade e do desenvolvimento da sexualidade infantil.

• É comum que crianças façam perguntas sobre o corpo e a sexualidade.

• Famílias e educadores devem responder as perguntas das crianças de forma precisa e dentro dos limites do seu interesse.

• A sexualidade está presente em todos os ciclos da vida: na infância, na adolescência, na juventude, na idade adulta e na velhice.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Todas as culturas têm diferentes maneiras de interpretar os corpos.

• Os corpos das pessoas são diferentes e mudam ao longo do tempo.

• Durante a puberdade, ocorre a maturação dos órgãos genitais e o surgimento dos caracteres sexuais secundários.

• A maturação corporal na puberdade pode ser problemática para adolescentes e jovens que não se reconhecem no sexo biológico em que nasceram.

• Na puberdade, as meninas passam a ovular e menstruar, e os meninos começam a produzir esperma e a ejacular; esses eventos são demarcadores do início da vida reprodutiva de ambos.

• É comum que adolescentes e jovens tenham curiosidade sobre a sexualidade e que busquem informações com seus pares, pessoas adultas ou na internet.

• O beijo, o abraço, o toque e a troca de olhares são expressões de sexualidade e afetividade presentes na nossa cultura.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Práticas culturais e tradicionais são influências importantes na ideia de uma pessoa sobre sexo, sexualidade, gênero, puberdade e reprodução.

• Todas as culturas têm diferentes modos de entender sexo, sexualidade, gênero e o momento ideal de início das relações sexuais.

• Os hormônios têm um papel importante no crescimento, desenvolvimento e regulação de órgãos reprodutivos e funções sexuais.

• O desejo sexual pode ocorrer antes da maturidade corporal para a vida reprodutiva.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Os corpos de homens e de mulheres mudam ao longo do tempo, inclusive suas capacidades e funções sexuais e reprodutivas.

• O sexo masculino possui capacidade reprodutiva permanente.

• A capacidade reprodutiva do sexo feminino é de alguns dias por mês, durante o denominado período fértil.

• Meninos e meninas que modificam o corpo para aproximar-se do gênero desejado não devem ser discriminados.

• Meninos e meninas transexuais devem ter seu direito assegurado de utilizar seu nome social na escola.

4.2. Reprodução

Objetivo

Propiciar o conhecimento do corpo reprodutivo e das mudanças ao longo dos ciclos da vida.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Para que haja reprodução, é necessário que um óvulo da mulher seja fecundado por um espermatozoide do homem.

• A reprodução inclui vários passos, incluindo ovulação, fertilização, concepção, gestação e parto do bebê.

• O corpo de uma mulher sofre transformações durante a gravidez.

• Algumas pessoas decidem não ter filhos.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• As relações sexuais vaginais sem proteção podem causar gravidez e expor ao contágio de DST, inclusive o HIV.

• Existem formas de evitar a gravidez com o uso de métodos contraceptivos.

• O uso correto e consistente de preservativos e de contraceptivos pode evitar a gravidez e prevenir as doenças sexualmente transmissíveis e o HIV.

• Mudanças hormonais regulam a ovulação e o ciclo menstrual.

• A probabilidade de concepção é maior durante o período de ovulação da mulher; porém, a fertilidade do homem é permanente.

• A gravidez não põe em perigo a saúde de mulheres vivendo com o HIV, e existem medidas que podem ser tomadas para reduzir o risco de transmissão do vírus ao bebê.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• A gravidez pode ser confirmada por meio de exames e testes específicos.

• O sexo de um feto é determinado por cromossomos, e essa determinação ocorre nos primeiros estágios da gravidez.

• O feto passa por muitos estágios de desenvolvimento.

• Medidas para promover uma gravidez saudável e um parto seguro podem ser adotadas.

• A mulher grávida tem direito ao pré-natal e deve realizá-lo para garantir sua saúde e a de seu filho.

• Existem riscos ao desenvolvimento fetal associados à má nutrição, ao tabagismo e ao uso de álcool e outras drogas durante a gravidez.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• O consentimento mútuo é essencial para a atividade sexual com o parceiro.

• A tomada de decisões relativas ao sexo exige a consideração de métodos contraceptivos e de proteção ao HIV e demais DST.

• Durante a vida, homens e mulheres passam por alterações no prazer sexual e nas capacidades reprodutivas.

• Existem tratamentos e tecnologias de reprodução para a infertilidade, inclusive para pessoas vivendo com o HIV.

• Nem todas as pessoas desejam ter filhos.

4.3. Puberdade

Objetivo

Apresentar aspectos relativos à puberdade e discutir as mudanças que ocorrem nesse ciclo da vida.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• A puberdade é um período de modificações físicas e hormonais que ocorre à medida que as crianças crescem e amadurecem.

• As crianças têm curiosidade em saber como é o corpo nos diferentes ciclos da vida.

• Algumas crianças podem não se identificar com as mudanças corporais trazidas pela puberdade.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• A puberdade assinala mudanças na capacidade reprodutiva de uma pessoa.

• Durante a puberdade, os jovens passam por modificações físicas.

• As crianças devem ser acolhidas quando expressam seus medos e dúvidas em relação às mudanças corporais.

• Durante a puberdade, as meninas necessitam ter acesso a conhecimentos sobre o uso adequado de absorventes higiênicos.

• Mudanças hormonais masculinas regulam o início da produção de esperma.

Mudanças hormonais femininas regulam o início dos ciclos menstruais.

• Os homens podem ter emissões noturnas de esperma (polução noturna) durante a puberdade, a adolescência e a idade adulta.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• A puberdade é um período de maturação sexual que causa importantes modificações físicas.

• A puberdade ocorre em diferentes momentos e tem diferentes efeitos sobre meninos e meninas.

• A adolescência é uma construção cultural e está situada entre o início da maturação sexual (puberdade) e a idade adulta.

• Para a maioria das pessoas, a partir da puberdade o desejo sexual se torna mais presente.

• A partir da puberdade, é comum os meninos terem sonhos eróticos e ejacularem.

• A partir da puberdade as meninas podem ter sonhos eróticos com lubrificação vaginal.

• A puberdade e a adolescência podem trazer dúvidas e sofrimento em relação à própria imagem.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• É importante que as mudanças que ocorrem na puberdade sejam conhecidas e consideradas como um processo comum da vida.

• Meninos e meninas com dificuldades na aceitação das modificações de seus corpos precisam ser acolhidos e ajudados.

• As transformações que ocorrem na puberdade fazem parte do processo de amadurecimento de todas as pessoas e causam profundas mudanças psicológicas e sociais.

• Os hormônios masculinos e femininos são diferentes e têm grande influência sobre as modificações emocionais e físicas que ocorrem ao longo da vida.

• Os hormônios podem afetar a forma e o tamanho do corpo, os pelos corporais, bem como outras mudanças físicas.

• A adolescência é uma construção histórica, cultural e social, e é concebida de diferentes formas nas diferentes culturas e sociedades.

4.4. Imagem corporal

Objetivo

Discutir a diversidade dos corpos e enfatizar que todos os seres humanos são iguais na diferença.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todos os corpos são únicos, belos e especiais, e possuem diferenças no tamanho, na forma, na cor da pele, nos olhos, nos cabelos, entre outras coisas, por isso somos tão únicos e diversos.

• Todas as pessoas devem e podem ter orgulho de seus corpos.

• A imagem corporal e a autoestima de uma criança sofrem influência das opiniões geradas em seu círculo de convivência.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• A aparência física é determinada pela hereditariedade, pelo ambiente e pelos hábitos de saúde.

• O valor de uma pessoa não é determinado por sua aparência.

• Todos os corpos possuem beleza, são especiais e únicos, inclusive aqueles que apresentam deficiências.

• Ideais de atratividade física mudam ao longo do tempo e diferem entre culturas.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• A aparência de alguém não deveria afetar o modo como outras pessoas se sentem e se comportam em relação a ele/ela.

• Medicamentos e cirurgias para modificar a aparência física – a fim de se adequar a padrões vigentes de beleza – podem ser prejudiciais.

• Existem fontes de apoio, aconselhamento e tratamento de distúrbios alimentares – como a anorexia e a bulimia –, bem como a vigorexia.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Modelos e padrões irreais sobre aparência física devem ser questionados.

• A autoimagem pode afetar a autoestima, a tomada de decisão e o comportamento das pessoas, em especial de adolescentes e jovens.

• Muitas vezes é necessário entender as limitações do próprio corpo e conviver com elas.

• A imagem corporal é constituída a partir da autoestima, dos sentimentos em relação ao próprio corpo e de elementos da cultura local.

4.5. Privacidade e integridade corporal

Objetivo

Refletir sobre a importância do direito à privacidade e à integridade corporal.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas têm o direito de decidir quem pode tocar em seu corpo e de que maneira, inclusive as crianças.

• Pessoas adultas não devem tocar as partes íntimas do corpo de crianças, a não ser para exercer os cuidados básicos de higiene e saúde.

• Todas as culturas têm diferentes formas de respeitar a privacidade e a integridade corporal.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• O assédio sexual constitui violação da privacidade corporal.

• As pessoas que passaram por situação de abuso/violência sexual não são responsáveis pelo ocorrido e nunca são culpadas.

• Para meninas e meninos, falar com seus pares, familiares e professores sobre sexualidade não é nenhum motivo de vergonha.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas têm o direito à privacidade e à integridade corporal.

• Todas as pessoas têm o direito de decidir sobre o que farão ou não do ponto de vista sexual.

• Vítimas de estupro devem procurar atendimento médico prontamente, e têm direito à contracepção de emergência e à Profilaxia Pós-Exposição (PEP) às DST/HIV e aids.



Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Alguns marcos internacionais de direitos humanos garantem os direitos à privacidade e à integridade corporal.

• Os corpos de homens e mulheres são vistos de modos diferentes, conforme as expectativas sociais de gênero.

• Padrões duplos e desiguais de comportamento sexual podem ter impacto sobre as interações sociais e sexuais.

5. Conceito-chave 5 – Comportamento sexual

5.1. Sexo, sexualidade e o ciclo de vida sexual

Objetivo

Explicar as intersecções entre os conceitos de sexo, sexualidade e ciclo da vida, enfatizando que a sexualidade é parte constituinte da vida humana e pode ser expressa de diversas maneiras.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• A maioria das crianças tem curiosidade sobre seu corpo e sobre o corpo dos outros.

• É comum e natural que as crianças se toquem a si mesmas e a outras crianças como forma de conhecer o corpo e experimentar a sexualidade.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• As pessoas podem usufruir de sua sexualidade ao longo de toda a vida.

• Crianças e adolescentes deveriam poder conversar sobre sexualidade com pessoas adultas de sua confiança.

• A masturbação é uma forma de experimentar o prazer sexual e conhecer a própria sexualidade.

• A masturbação não causa dano físico ou emocional, devendo ser feita privadamente.

• A masturbação é uma prática comum entre homens e mulheres de todas as idades, sendo que há diversas formas de praticá-la.

• Algumas pessoas não se masturbam.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Para a maioria das pessoas, sentimentos, fantasias e desejos associados à sexualidade ocorrem ao longo de toda a vida.

• Nem todas as pessoas põem em prática seus sentimentos, fantasias e desejos sexuais.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• A sexualidade é complexa e multifacetada, e inclui componentes biológicos, sociais, psicológicos, espirituais, éticos e culturais.

• As normas atribuídas ao gênero masculino e ao feminino mudam ao longo do tempo e podem se tornar mais flexíveis.

5.2. Comportamento e relação sexual

Objetivo

Explicar que existem diversas maneiras de viver a sexualidade, sendo a relação sexual uma delas.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• As pessoas demonstram afeto e carinho de diferentes formas.

• As pessoas se beijam, se abraçam, se tocam e se envolvem a fim de demonstrar carinho, amor, intimidade física, ou para sentir prazer.

• As crianças não estão preparadas – física e psicologicamente –, para terem relações sexuais.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Durante a puberdade, meninos e meninas podem se tornar mais conscientes de suas respostas à atração e estimulação sexual.

• As pessoas podem ter pensamentos e fantasias relacionados ao exercício sexual sem pô-los em prática, pois são geralmente capazes de controlá-los.

• Existem muitas formas de demonstrar afeto, carinho e atração sexual, não somente a relação sexual.

• Relações sexuais requerem maturidade física e emocional.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Cada sociedade tem seus próprios mitos sobre comportamento sexual – é importante conhecer o contexto.

• Os preservativos e outros métodos contraceptivos permitem a relação sexual de modo a evitar a gravidez e as DST.

• Prostituição é a troca de dinheiro ou bens por favores sexuais.

• O assédio e a coação sexual são violações aos direitos humanos e devem ser denunciados.

• O ciclo humano de respostas sexuais masculino e feminino passa por vários estágios e mudanças físicas associadas.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• A boa comunicação pode melhorar um relacionamento sexual.

• É fundamental que as pessoas possam exercitar as habilidades necessárias para negociar o uso de preservativos nas relações sexuais.

• Os parceiros sexuais são responsáveis por evitar a gravidez e prevenir as DST, inclusive o HIV.

Muitos adultos têm períodos sem contato sexual com outros.

6. Conceito-chave 6 – Saúde sexual e reprodutiva

6.1. Saúde reprodutiva

Objetivo

Abordar o planejamento reprodutivo e as formas de contracepção como parte dos direitos reprodutivos.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• As pessoas, independentemente de seu estado de saúde, religião, origem, etnia, estado civil, orientação sexual e identidade de gênero podem criar uma criança e dar-lhe afeto.

• As crianças devem ser cuidadas.

• Algumas pessoas não desejam ter filhos.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• É importante o acesso a informações cientificamente corretas sobre preservativos, contraceptivos e outros meios de evitar a gravidez, o HIV e outras DST.

• O uso correto e consistente de preservativos evita a gravidez, o HIV e o risco de contrair outras DST.

• Decidir usar preservativos ou outros contraceptivos é responsabilidade de homens e mulheres, embora normas rígidas de gênero possam influenciar essas decisões.

• Existem sinais e sintomas comuns de gravidez, bem como testes para confirmar se uma mulher está grávida.

• Aborto é a interrupção da gravidez, podendo ser espontâneo ou provocado.

• Gravidez na adolescência pode ter consequências sociais e de saúde negativas.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• A responsabilidade da contracepção é tanto do homem como da mulher.

• Os métodos contraceptivos e as tecnologias reprodutivas são instrumentos para a garantia dos direitos reprodutivos, pois possibilitam às pessoas escolherem se, quando e como querem ter filhos.

• O uso correto e persistente de preservativos evita uma possível gravidez em pessoas sexualmente ativas, além de proteger do vírus HIV e de outras DST.

• A contracepção de emergência (pílula do dia seguinte) pode evitar a gravidez, se tomada até 72 horas após a relação sexual desprotegida.

• A esterilização é um método contraceptivo permanente. A esterilização masculina recebe o nome de vasectomia. A laqueadura é um método de esterilização permanente para as mulheres.

• Geralmente, preservativos e contraceptivos podem ser obtidos nos serviços de saúde locais – embora obstáculos possam impedir ou limitar a capacidade de adolescentes e jovens para obtê-los.

• Não se deve recusar acesso a contraceptivos ou preservativos a nenhum jovem sexualmente ativo com base em seu estado marital, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

• A legislação brasileira permite o aborto legal em três casos: gravidez resultante de estupro, risco de vida para a mãe e gestação de fetos anencéfalos.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Os métodos contraceptivos permitem às pessoas planejarem suas famílias.

• Uma gravidez deve ser respeitada e o casal envolvido deve ter seus direitos garantidos, principalmente em situações que envolvem adolescentes e jovens.

• Alguns métodos contraceptivos podem causar efeitos colaterais e/ou ser desaconselhados para uso em certas circunstâncias (também conhecidas como contraindicações).

• Entre pessoas sexualmente ativas, a decisão sobre o método ou combinação de contraceptivos mais apropriados, muitas vezes, é baseada na percepção de risco, custo, acessibilidade e outros fatores.

• Existem mitos em relação ao uso do preservativo (por exemplo, que diminui o prazer, que causa alergia, etc.) que devem ser discutidos e superados.

• Valores morais e religiosos fundamentam a legislação sobre aborto nos países, e mudam ao longo da história.

• Existem países nos quais a mulher pode decidir pela interrupção da gestação, cabendo ao Estado oferecer condições para o aborto seguro.

• Existem países nos quais o aborto provocado é proibido em qualquer circunstância.

6.2. Entender, reconhecer e reduzir o risco de DST, inclusive o HIV

Objetivo

Explicar os modos de transmissão, tratamento e prevenção de DST e HIV/Aids e demonstrar as possíveis habilidades de comunicação em relação ao sexo seguro.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas – independentemente de seu estado de saúde – precisam de afeto, carinho e apoio.

• Algumas doenças podem ser transmitidas de uma pessoa para a outra, e a aids é uma delas.

• O sistema imunológico protege o organismo de doenças e ajuda as pessoas a permanecerem saudáveis.

• O HIV é transmitido pelo sangue e por outros fluidos do corpo humano.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• Algumas pessoas que têm uma doença podem parecer saudáveis.

• As pessoas podem fazer escolhas e adotar comportamentos que preservem e protejam sua saúde das DST, do HIV e da aids.

• O HIV é um vírus que pode ser transmitido por meio de sexo sem proteção com uma pessoa infectada. Também pode ser transmitido por transfusão de sangue in-

fectado, uso de seringas, agulhas ou outros instrumentos cortantes infectados, ou de uma mãe infectada para seu filho durante a gravidez, o parto ou a amamentação.

• O HIV não pode ser transmitido por meio de aperto de mão, abraço, uso do mesmo copo ou talheres, nem por picadas de insetos.

• Existem formas de reduzir o risco de adquirir ou transmitir o HIV, inclusive antes (com uso de preservativo) e depois da exposição ao vírus (com a Profilaxia Pós-Exposição – PEP).

• Existe tratamento para muitas DST.

• Atualmente, não existe uma cura para o HIV, embora a Terapia Antirretroviral (TARV) possa diminuir a carga viral e interromper a progressão da aids.

• As habilidades de comunicação, negociação e recusa podem ajudar os jovens a resistir a pressões sexuais indesejadas ou reforçar a intenção de praticar sexo seguro, incluindo o uso correto e constante de preservativos e contraceptivos.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• A vasta maioria das infecções por HIV são transmitidas por meio de relações sexuais com penetração e sem proteção com um parceiro infectado.

• DST como clamídia, gonorreia, sífilis, HIV e HPV (papiloma vírus genital humano), entre outras, podem ser evitadas com o uso de preservativos.

• A única maneira de saber se uma pessoa está infectada pelo vírus do HIV é por testes laboratoriais.

• Se uma pessoa é sexualmente ativa, existem formas de reduzir o risco de adquirir ou transmitir o HIV e outras DST, tais como usar preservativos de modo consistente e correto, fazer exames e tratar outras DST.

• Todas as pessoas têm direito ao sigilo sobre sua saúde, e não devem ser obrigadas a revelar sua sorologia para o HIV.

• O uso de álcool e outras drogas pode prejudicar a tomada racional de decisões e contribuir para comportamentos de alto risco.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• Entre pessoas sexualmente ativas, a decisão sobre as estratégias de contracepção ou prevenção mais apropriadas, muitas vezes, é influenciada por normas de gênero, cultura e normas de pares.

• A comunicação clara e objetiva entre parceiros sexuais ajuda a reforçar a intenção de praticar sexo seguro, inclusive o uso correto e consistente de preservativos e contraceptivos.

• Saber do contágio pelo HIV precocemente aumenta a expectativa de vida da pessoa que vive com o vírus, desde que a pessoa busque tratamento médico adequado.

6.3. Estigma, tratamento, assistência e apoio às pessoas vivendo com HIV e aids

Objetivo

Refletir sobre as causas do estigma e da discriminação em relação a pessoas vivendo com o HIV.

Nível I (5-8 anos)

Ideias-chave

• Todas as pessoas necessitam de afeto, em especial aquelas que estão com problemas de saúde.

• As pessoas vivendo com o HIV e a aids podem dar e receber afeto.

• As pessoas vivendo com HIV e aids podem trabalhar, estudar e exercer a maioria das profissões.

• Existem tratamentos e métodos que aumentam o bem-estar de pessoas vivendo com o HIV.

• Beijos e abraços são formas de expressar amor e carinho que não apresentam risco de transmitir DST ou HIV.

Nível II (9-12 anos)

Ideias-chave

• As pessoas vivendo com o HIV têm direitos e merecem afeto, respeito, assistência e apoio.

• Descobrir a sorologia para o HIV pode causar grande perturbação emocional, mas se houver acompanhamento e apoio, essa situação pode ser amenizada.

• A revelação da sorologia para o HIV pode ter consequências sociais negativas, inclusive rejeição, estigma e autoestigma, discriminação e violência.

Nível III (12-15 anos)

Ideias-chave

• Pessoas vivendo com o HIV podem namorar, casar-se e constituir família, caso assim o desejem.

• O tratamento do HIV é um compromisso para toda a vida, podendo causar efeitos colaterais, entre outros problemas, e exigir atenção cuidadosa à nutrição.

• O estigma, inclusive o autoestigma, pode impedir pessoas de buscar tratamento, assistência e outros serviços de apoio.

• Geralmente, existem grupos e mecanismos de apoio para pessoas vivendo com o HIV.

Nível IV (15-18 anos)

Ideias-chave

• A discriminação contra pessoas com base em seu estado sorológico de HIV é ilegal.

• A discriminação contra indivíduos que vivem com o HIV pode impedir o seu acesso a educação, informações e serviços relacionados à saúde, aumentando sua vulnerabilidade.

• Programas de apoio e aconselhamento para pessoas vivendo com o HIV podem encorajá-las a fazer sexo seguro e a se comunicar com seus parceiros.

• A aids ainda não tem cura, mas existe tratamento gratuito nos serviços de saúde.



Glossário

Abuso sexual

Violência baseada em ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor(a) tem por intenção estimular sexualmente a vítima ou utilizá-la para obter satisfação sexual, seja ela criança ou adolescente. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas pela violência física, ameaças ou induções de sua vontade.

Fonte: SBP/Claves/ENSP/Fiocruz/SEDH/MJ, 2001.

Assédio sexual

Assédio sexual é todo tipo de constrangimento com o objetivo de obter vantagens ao favorecimento sexual. Manifesta-se por meio de propostas indecorosas, falas obscenas, e todos os tipos de pressão para ter relações sexuais que a outra parte não deseja.

Fonte: Lei nº 10.224/2001. Código Penal.

Assertividade

Trata-se de uma característica na qual o locutor declara algo, positivo ou negativo e assume inteiramente a validade da sua fala. Em outras palavras, ser assertivo(a) significa aprender quando e como dizer *sim* e *não* com clareza e firmeza, e manter a decisão.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.

Bullying

É um comportamento que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por uma ou mais pessoas contra outra ou grupo específico. O termo *bullying* tem origem na palavra inglesa *bully*, que significa "valentão(ona)", "brigão(ona)". Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato. Comumente, o *bullying* está associado ao ambiente escolar, mas pode ocorrer em qualquer contexto social, como famílias, vizinhança e locais de trabalho.

Fonte: CLEU FANTE, 2005.

Corpo

O corpo é o instrumento que o indivíduo tem para se relacionar com os outros no mundo e consigo mesmo, o corpo é o lugar da vivência da sexualidade. Portanto, o corpo não é só um conjunto de órgãos, ossos e pele, ele tem um sistema nervoso (SCN) responsável pelo controle do nosso corpo, ou seja é um sistema que controla as funções orgânicas e emocionais do corpo e suas interações.

Fonte: SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. *Guia de educação integral em sexualidade entre jovens*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, UNESCO. 2012.

Cultura

Conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Fonte: UNESCO. *Mexico City Declaration on Culture Policies*. Paris, 1982.

Desigualdade de gênero

Refere-se a todas as assimetrias e desigualdades existentes entre homens e mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada, constituídas em razão do gênero. Exemplos dessas desigualdades são as diferenças salariais existentes entre homens e mulheres no exercício das mesmas funções.

Fonte: INICIATIVA COMUNITÁRIA EQUAL. *Notai*: notas para a igualdade. Projecto Exito, 2008.

Direitos humanos

São direitos e liberdade fundamentais de todos os seres humanos, independentemente de raça/etnia, sexo, nacionalidade, religião, ou qualquer outra condição. Esses direitos foram definidos pela Organização das Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Fazem parte dos direitos humanos a liberdade de pensamento e de expressão e a igualdade perante a lei.

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU).

Direitos reprodutivos

Direitos baseados no reconhecimento de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios para fazê-lo. Incluem o direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência; de homens e mulheres participarem com iguais responsabilidades na criação dos(as) filhos(as); direito a serviços de saúde pública de qualidade e acessíveis durante todas as etapas da vida; direito à adoção e ao tratamento para a infertilidade.

Fonte: DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. *Os direitos sexuais e reprodutivos*, 2004.

Direitos sexuais

São direitos a uma vida sexual com prazer e livre de discriminação. Incluem o direito de viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros impedimentos à livre expressão dos desejos; de viver a sexualidade independentemente do estado civil, idade ou condição física; de escolher o(a) parceiro(a) sexual sem discriminações e com liberdade e autonomia para expressar sua orientação sexual, se assim desejar; de viver a sexualidade livre de violência, discriminação e coerção e com o respeito pleno à integridade corporal do(a) outro(a); de praticar a sexualidade independentemente de penetração; de insistir na prática do sexo seguro, para evitar uma gravidez e prevenir doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV e a aids; a saúde sexual, a qual exige o acesso a todo tipo de informação, educação e serviços confidenciais de alta qualidade em tudo o que diz respeito à sexualidade e à saúde sexual.

Fonte: DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. *Os direitos sexuais e reprodutivos*, 2004.

Discriminação

Qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, origem nacional ou étnica, cor, descendência, orientação sexual, política, religiosa ou que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Fonte: UNESCO, 2014.

Diversidade sexual

É o termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana. A diversidade sexual esta intimamente ligada aos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero.

Fonte: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Observatório Brasil de Igualdade de Gênero*, 2013.

DST

Sigla para Doenças Sexualmente Transmissíveis, ou seja, doenças infecciosas causadas por microorganismos transmitidos pelo contato sexual desprotegido. As principais doenças sexualmente transmissíveis são: aids, sífilis, gonorreia, cancros, hepatite B e a infecção pelo papilomavírus.

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.

Educação em sexualidade

Efetiva o direito às informações sobre a sexualidade e busca promover a importância da adoção de recursos para a proteção e o autocuidado, o respeito mútuo e a solidariedade. A educação em sexualidade proporciona oportunidades para explorar valores e atitudes e a construção de habilidades de comunicação para a tomada de decisões em relação a uma sexualidade que corresponda a o que cada pessoa elege como projeto de vida.

Fonte: UNESCO. *Orientação técnica internacional em educação em sexualidade*. Brasília, 2010.

Equidade de gênero

É a possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas sem discriminação e em condição de igualdade. É a disposição de reconhecer a equivalência de valor entre os sexos, para que homens e mulheres tenham as mesmas chances, oportunidades e reconhecimento nos diferentes ambientes das esferas públicas e privadas.

Fonte: FIOCRUZ. *Glossário de gênero e sexualidade*. 2010.

Estigma

Considera-se estigmatizante qualquer característica, não necessariamente física ou visível, que não se coaduna com o quadro de expectativas sociais acerca de determinado indivíduo. Todas as sociedades definem categorias acerca dos atributos considerados naturais, normais e comuns do ser humano. A pessoa estigmatizada é aquela cuja identidade social real inclui qualquer atributo que frustra as expectativas de normalidade.

Fonte: GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. *Rev. Bras. Ci. Soc*. São Paulo, v. 23, n. 68, oct. 2008.

Estupro

É a prática não consentida de sexo, imposta por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza, ou ainda, imposta contra pessoas incapazes de consentir com o ato sexual, como crianças, por exemplo.

Fonte: Lei n° 12.015/2009. Código Penal.

Família

É uma reunião de pessoas descendentes de um tronco ancestral comum, incluídas as pessoas ligadas pelo casamento ou pela união estável, juntamente com seus parentes sucessíveis, ainda que não descendentes, como também define em modo *stricto sensu* que família é uma reunião de pai, mãe e filhos, ou apenas um dos pais com seus filhos(as).

Fonte: *Revista Âmbito Jurídico*. 2009.

Ficar

O "ficar" é um tipo de relacionamento eventual. Ele reflete um desejo de estar junto, que pode durar um curto período ou mais, e pode acontecer uma relação sexual ou não. É importante destacar que tanto o garoto quanto a garota podem dar o primeiro passo. Esse é um bom exercício para se alcançar a igualdade e os direitos antigamente só atribuídos ao sexo masculino. O ficar resignifica outros comportamentos semelhantes, vividos em diferentes momentos históricos e culturais, tal como o "flerte" dos avôs e avós e o "amasso" e a "amizade colorida" das mães e pais.

Fonte: ECOS Comunicação em Sexualidade.

Gênero

Gênero é a construção social das diferenças percebidas entre os sexos. Refere-se à forma como as pessoas são socializadas, isto é, como as atitudes, comportamentos e expectativas são formados com base na construção

social das diferenças sexuais e a partir do que elas – em variados contextos históricos, econômicos e políticos – atribuem ao que é ser mulher e homem. Essas expectativas podem ser aprendidas e reproduzidas na família, na escola, no grupo de amigos, nas instituições religiosas, no espaço de trabalho e nos meios de comunicação.

Fonte: SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica, 1995.

Heteronormatividade

Expressão utilizada para descrever ou identificar a imposição do comportamento padronizado heterossexual (orientação sexual por pessoas de sexos diferentes) como norma social. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que a heterossexualidade é a única conduta sexual e de gênero válida socialmente.

Fonte: *Manual de comunicação LGBT*, 2008.

Homoafetividade

Descreve a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero.

Fonte: *Manual de comunicação LGBT*, 2008.

Homofobia, lesbofobia e transfobia

É um sentimento irracional de ódio ou aversão em relação às pessoas lésbicas, gays e bissexuais; transfobia denota um medo irracional as pessoas transgêneros.

Fonte: Campanha Livres e Iguais. Uma iniciativa do United Nations Human Rights Office, 2014.

Homoparentalidade

É um neologismo criado para definir homossexuais que são pais, adotivos ou não, e que criam seus filhos(as) como qualquer outra família (entendendo-se que há diversas formas de se constituir uma família). O termo homoparentalidade foi usado pela primeira vez na França, em 1996, pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos.

Fonte: *Manual de comunicação LGBT*, 2008.

Igualdade de gênero

É um princípio que pressupõe as condições igualitárias para que homens e mulheres realizem plenamente seus direitos e seus potenciais, no sentido de contribuir com as mudanças sociopolíticas e culturais das sociedades em que vivem e nos ambientes de trabalho em que atuam.

Fonte: FIOCRUZ. *Glossário de gênero e sexualidade*, 2010.

Intolerância

Atitude desrespeitosa, inflexível e intransigente diante de opiniões, atitudes, crenças e modo de ser que não aprovamos ou julgamos falsos. Pode ser evidenciada nos comportamentos das pessoas que reprimem, por meio da coação ou da força, as diferentes formas de entender e viver a vida.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.

Laicidade

Doutrina ou sistema que preconiza a exclusão das igrejas do poder politico e/ou administrativo.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.

Orientação sexual

É a capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim

como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo outro sexo/gênero (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade).

OLIVEIRA, Elisabete R. B. *Assexualidade e medicalização na mídia televisiva norte-americana*, 2012.

Preconceito

É qualquer opinião ou sentimento, quer favorável ou desfavorável, concebido sem exame crítico; ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado *a priori*, sem maior conhecimento, ponderação ou razão.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.

Relacionamentos eventuais

São interações amorosas e/ou sexuais que, não necessariamente, configuram um vínculo ou compromisso entre as pessoas.

Fonte: ECOS Comunicação em Sexualidade.

Respeito

É um sentimento que leva uma pessoa a reconhecer, aceitar e valorizar as qualidades do próximo, suas diferenças e seus direitos.

Fonte: ECOS Comunicação em Sexualidade.

Saúde reprodutiva

É um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não a simples ausência de doenças ou enfermidades. A saúde reprodutiva compreende uma vida sexual segura e satisfatória, a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir o número de filhos(as) desejados(as) e o espaçamento entre eles(as). Para que isso seja possível, homens e mulheres têm direito a informações e ao acesso a métodos eficientes e seguros de regulação da fecundidade. A saúde reprodutiva inclui a atenção à saúde em serviços que deem à mulher condições de atravessar a gestação e o parto com segurança e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um(a) filho(a) sadio(a).

Fonte: IWHC. *Relatório da Conferência do Cairo*, 1994.

Saúde sexual

É a capacidade de desfrutar e ter controle sobre a vida sexual e reprodutiva, de acordo com os limites éticos individuais, estando livre de constrangimentos como medo, vergonha, culpa, ideias falsas e preconceitos que inibam o desfrute da atividade sexual. Nessa definição, ter saúde sexual significa também estar livre de doenças e desordens que impeçam o desfrute da vida sexual e o exercício das funções reprodutivas.

Fonte: International Planned Parenthood Federation (IPPF).

Sexo

Refere-se às características específicas e biológicas dos aparelhos reprodutores masculino e feminino aos seus funcionamentos aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios.

Fonte: FIOCRUZ. *Glossário de gênero e sexualidade*, 2010.

Sexualidade

A sexualidade pode ser entendida como uma dimensão fundamental do ser humano constituída em muitas experiências nas várias etapas da vida. Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais de sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, fantasias, experiências, condutas, proibições, modelos e imposições

políticas que são configurados de modos diversos e diferentes contextos sociais e em períodos históricos.

Fonte: Gênero e Diversidade na Escola (GDE), 2008.

Tecnologias de fertilidade ou reprodução assistida (TRA)

São técnicas médicas que ajudam homens e mulheres a terem filhos. O TRA inclui tratamentos à base de drogas de fertilidade, inseminação artificial (aplicação do espermatozoide no colo do útero), fecundação *in vitro* (união de espermatozoide e óvulo em laboratório) e outros procedimentos.

Fonte: Conselho Regional de Medicina, 2004.

União homoafetiva estável

União homoafetiva estável é outra espécie de entidade familiar, que se coloca ao lado daquelas formadas pelo casamento, pela união estável entre um homem e uma mulher e por qualquer dos pais e seus descendentes, explicitadas no texto constitucional.

Fonte: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2011. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.477 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132.13-10-2011.

Valores

Conjunto de crenças que governam o que as pessoas entendem como certo e errado. Os valores variam entre indivíduos, famílias e culturas. Nem sempre os valores pessoais (por exemplo, morais e religiosos) estão em conformidade com os valores sociais, os quais devem ser pautados pelos direitos humanos.

Fonte: IPPF. *It's all one curriculum*, 2011.

Violência

É o uso intencional da força física ou poder, na forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, privação ou prejuízos ao desenvolvimento.

Fonte: OMS. *Relatório mundial sobre violência e saúde*, 2002.

Violência doméstica

É a violência, explícita ou velada, caracterizada por maus-tratos ou abuso (físico, psicológico, sexual e trabalho infantil doméstico) e negligência praticada dentro de casa, usualmente entre parentes ou pessoas que habitam o mesmo domicílio ou que tenham habitado e que mantenham estreita convivência com a vítima.

Fonte: *Violência contra a mulher adolescente-jovem / Stella R. Taquette, EdUERJ, 2007.*

Violência contra as mulheres

Qualquer ato de violência baseado no fato da pessoa ser do sexo feminino e do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.

Fonte: NAÇÕES UNIDAS. *Art. 1º da Declaração sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres, da Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução nº 48/103*, 1993.

Violência de gênero

Diz respeito a qualquer tipo de violência que tenha como pressuposto o simples fato de se pertencer a um determinado sexo/gênero. É todo ato de violência no qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico. Em geral, o conceito é mais utilizado à violência contra a mulher. No entanto, os homens também podem sofrer esse tipo de violência.

Fonte: OMS. *Relatório mundial sobre violência e saúde*, 2002. INSTITUTO PROMUNDO. *Trabalhando com mulheres e homens jovens*, 2011.

Referências e instrumentos normativos

Referências e instrumentos normativos que subsidiam a orientação técnica de educação em sexualidade para o cenário brasileiro.

Referências

International technical guidance on sexuality education

Disponível em:

Volume I: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281e.pdf>.

Volume II: <http://hivaidsclearinghouse.unesco.org/fileadmin/user_upload/pdf/2009/20091210_international_guidance_sexuality_education_vol_2_en.pdf>.

Guia de formação de profissionais de saúde e educação do SPE

Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/guia_forma_prof_saude_educacao.pdf>.

Manuais para trabalhar com jovens e adultos

Disponível em: <http://www.promundo.org.br/manuais-para-trabalhar-com-jovens-e-adultos/>.

Igual a Você, uma campanha contra o estigma e o preconceito

Disponível em: <http://www.unaids.org.br/campanhas/igual_voce.asp>.

Pessoa com deficiência: direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção

Disponível em: <http://www.saude.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=90030>.

Revista "Viração"

Disponível em: <http://www.viracao.org/>.

Prevenção das DST/Aids em adolescentes e jovens: brochuras de referência para os profissionais de saúde

Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage///cartilhas_para_prevencao_de_dstaids_em_jovens_.pdf>.

Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas

Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.179-2010?OpenDocument>.

Guia educação de pares

Disponível em: <http://www.aids.gov.br/publicacao/adolescentes-e-jovens-para-educacao-entre-pares-spe>.

Histórias em quadrinhos: um guia para utilização em sala de aula

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/preventive-education-on-hiv-and-aids/health-and-prevention-in-schools-project/>.

Curso a distância Juventudes, Sexualidades e Prevenção das DST/Aids

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/preventive-education-on-hiv-and-aids/health-and-prevention-in-schools-project/online-course-on-sdtaids-prevention/#c1238165>.

Não deixe o *bullying* entrar em sua escola! Diga *não* ao estigma relacionado ao HIV e outras formas de discriminação

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/embrace_diversity_in_school_say_no_to_hiv_related_stigma_and_other_forms_of_discrimination/#.UvjfmKFTvcs>.

Bullying Homofóbico

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/education_sector_responses_to_homophobic_bullying_in_portuguese_pdf_only/>.

Instrumentos normativos internacionais

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

Disponível em: <http://mj.gov.br/sedh/ct/legis/nter/ddh/bib/inter/universal.htm>.

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1968

Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979

Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>.

Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1989

Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, 1990

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>.

Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-for-all/>.

Conferência Mundial de Direitos Humanos, 1993

Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>.

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, 1994

Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/conferencia.pdf>.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, 1995

Disponível em: <http://mulheres.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>.

Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000

Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.

Convenção Ibero-americana sobre os Direitos dos Jovens, 2008

Disponível em: <http://www.laconvencion.org/index.php?noticias/listado/3>.

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=424&Itemid=>.

Declaración de México para la Promoción de la Salud: de las Ideas a la Acción, 2000

Disponível em: <http://www.paho.org/hiap/index.php?option=com_multicategories&view=article&id=272%3Adeclaracion-de-mexico-para-la-promocion-de-la-salud-de-las-ideas-a-la-accion&catid=65%3Astatements&itemid=164&lang=en>.

Proyecto de Armonización de las Políticas Públicas en Educación Sexual y Prevención del VIH-Sida y Drogas en el Ámbito Escolar

Disponível em: <http://www.unaids.org.br/biblioteca/links/UNAIDS/UNAIDS%208.pdf>.

Declaração do México de Ministros de Saúde e de Educação da América Latina e Caribe com relação à educação sexual e reprodutiva. *Ministros de salud y de educación de America Latina y Caribe firman declaratoria para detener el VIH impulsando la educación sexual y reproductiva*.

Disponível em: <http://basica.sep.gob.mx/reformasecundaria/ciencia_tecnologia/Educsexual/Ministros_Salud_Educacion.pdf>.

Instrumentos normativos nacionais

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids, 1989

Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/direitos-fundamentais>.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069/1990

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>.

Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852/2013

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/1996

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

Plano Nacional de Educação: PNE 2011-2020

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13448&Itemid=>.

Política Nacional da Juventude, 2005

Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/politica>.

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf>.

Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340/2006

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, 2010

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013-2015

Disponível em: <http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>.

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011

Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/pacto-nacional>.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011

Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes, 2011

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>.

Bibliografia

ABGLT. *Manual de comunicação LGBT*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: < http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

BERQUÓ, Elza. *Sexo & vida*: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da [República] Federativa do Brasil*. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gênero e diversidade na escola*: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <www.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos; apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Programa Nacional de DST/Aids. Saúde e Prevenção nas Escolas*: adolescentes e jovens para educação entre pares. Brasília, 2011. 8 v.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Programa Nacional de DST/Aids Saúde e Prevenção nas Escolas*: atitude para curtir a vida; diretrizes para implementação do projeto. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAVALEIRO, Maria Cristina. *Feminilidades homossexuais no ambiente escolar*: ocultamentos e discriminações vividas por garotas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Programa Brasil sem Homofobia*: combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DANILIAUSKAS, Marcelo. *Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação*: uma análise do Programa Brasil sem Homofobia. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo.

DÍAZ, Marguerita. *Projeto Escola sem Homofobia*: estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras; relatório técnico final. Campinas: REPROLATINA, 2011.

DÍAZ, Marguerita et al. Os direitos sexuais e reprodutivos. In: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M.T.A. (Ed.). *Afinal, que paz queremos?* Lavras: Editora UFLA, 2004. p 45-70.

ECOS. *Diversidade sexual na escola*: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: Educação em Sexualidade, 2008.

ECOS. *Projeto Amor à Vida*: metodologia e instrumentos de acompanhamento. São Paulo: Educação em Sexualidade, FNUAP, Governo do Estado do Ceará, 1997.

ECOS. *Uma proposta de trabalho com garotas e garotos de 10 a 14 anos*. São Paulo: Educação em Sexualidade, 2008

FANTE, C. *Fenômeno bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Ed. Verus, 2005.

FEITOSA, Odimar A. *Vigorexia*: uma leitura psicanalítica. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, v.1*: a vontade de saber. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GRÖSZ, Dirce M. *Representações de gênero no cotidiano de professores e professoras*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília.

GTPOS. *Guia de orientação sexual*: diretrizes e metodologia. 10.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, GTPOS, ABIA, ECOS, 2009.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. *O aprendizado da sexualidade*: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz, Garamond, 2006.

INSTITUTO PROMUNDO. *Trabalhando com mulheres e homens jovens*. Rio de Janeiro, 2011.

IWHC. *Saúde, empoderamento, direitos, e responsabilidade*: relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994. Rio de Janeiro: Cepia, Ibase, SOS-Corpo, Gênero e Cidadania, HERA Secretariat, 2009. Disponível em: <www.iwhc.org/storage/iwhc/documents/heraactionsheets_po.pdf>. Acesso em: 02 set. 2009.

JUNQUEIRA, Rogério (Org.). *Diversidade sexual na educação*: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. (Coleção educação pra todos).

LIRA, Luciana. *Narrativas de Ana*: corpo, consumo e self num grupo pró-anorexia na internet. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Elisabete R. B. Assexualidade e medicalização na mídia televisiva norte- americana. In: VIEIRA, T. R. (Org). *Minorias sexuais*: direitos e preconceitos. Brasília: Ed. Consulex, 2012.

OLIVEIRA, Elisabete R. B. *Sexualidade, maternidade e gênero:* experiências de socialização de jovens mulheres de estratos populares. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Maria C.; ROCHA, Maria Isabel B. *Saúde reprodutiva na esfera pública e política*. Campinas: Nepo, 2001.

OMS. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra, 2002.

PEREIRA, Maria Elisabete Pereira; ROHDEN, Fabíola. *Gênero e diversidade na escola*: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília: SPM; Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. 2007. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>.

ROHDEN, Fabíola; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. *Os desafios da transversalidade em uma experiência de formação on line*: curso Gênero e Diversidade na Escola. Rio de Janeiro: CEPESC, 2008.

ROSAS, Cristião Fernando Rosas (Coord.). Ética em ginecologia e obstetrícia. 3.ed. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2004. (Cadernos Cremesp).

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Secretaria da Educação. *Cá entre nós:* guia de formação integral em sexualidade entre jovens. São Paulo: Secretaria da Educação, UNESCO, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002170/217096por.pdf>.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. *Sexualidade na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1997. p. 107-117.

SBP. *Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e adolescência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SIECUS. *Guidelines for comprehensive sexuality education*. 3.ed. Dallas, 2004.

TAQUETTE, Stella. R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente-jovem*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

UNESCO. *International technical guidance on sexuality education*: an evidence-informed approach for schools, teachers and health educators. Paris: UNESCO, UNAIDS, UNFPA, UNICEF, WHO, 2009. 2 v. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281e.pdf>.

UNESCO. *Mexico City Declaration on Culture Policies*. Paris, 1982.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*. Campinas, v. 23, n. 2, p.127-143, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 33, p. 265-283, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332009000200010&script=sci_arttext>.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Educação & Sociedade*. Campinas, CEDES, v. 27, n. 95, p. 407-428, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000200005>.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero nas políticas públicas de educação, 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Autores Associados, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>.

VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). *Minorias sexuais*: direitos e preconceitos. Brasília: Editora Consulex, 2012.

Especialistas

Especialistas participantes das reuniões de adaptação das orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro.

Especialista	Instituição	Localidade
Aida Carneiro Barbosa Rodrigues	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Albertina Costa	Fundação Carlos Chagas (FCC)	São Paulo (SP)
Alexandre Martins Joca	Consultor	Brasília (DF)
Angela Donini	Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)	Brasília (DF)
Ari José Sartori	Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)	Chapecó (SC)
Arlene Ricoldi	Fundação Carlos Chagas (FCC)	São Paulo (SP)
Auxiliadora Maria M. Silva	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Bernadete Gatti	Fundação Carlos Chagas (FCC)	São Paulo (SP)
Bethânia Cunha	Secretaria Estadual da Saúde de Pernambuco – Programa Estadual de DST/Aids	Recife (PE)
Carolina Faria Alvarenga	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Lavras (MG)
Cláudia Bonfim	Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco	Comélio Procópio (PR)
Cláudia Denis Alves da Paz	Universidade de Brasília (UnB)	Brasília (DF)
Cláudia Vianna	Faculdade de Educação Universidade de São Paulo (Feusp)	São Paulo (SP)
Cristina Nascimento	Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás	Recife (PE)
Dagmar Meyer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Porto Alegre (RS)
Daniel Arruda Martins	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Belo Horizonte (MG)
Daniela Rosendo	Comitê Latino Americano e Caribe para Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem)	Brasil

Delma Silva	Centro de Cultura Paulo Freire	Recife (PE)
Denise Carreira	Ação Educativa	São Paulo (SP)
Edison Almeida	Secretaria Estadual de Educação de São Paulo	São Paulo (SP)
Eliana Zucchi	Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (Nepaids/USP)	São Paulo (SP)
Eliane Rose Maio	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Maringá (PR)
Elias Gomes	Faculdade Sumaré	São Paulo (SP)
Elisabete Regina Baptista de Oliveira	ECOS: Comunicação em Sexualidade	São Paulo (SP)
Elvira Simões Barreto	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Maceió (AL)
Fernanda Ximenes	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Flávia Veras	Secretaria de Saúde de Recife – Programa Saúde do Adolescente	Recife (PE)
Francisca Verônica Cavalcante	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Ildete Mendes S. Souza	ONG Canto Jovem	Natal (RN)
Ingrid Leão	Comitê Latino Americano e Caribe para Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem)	Brasil
Iole Macedo Vanin	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador (BA)
Islei Belsoff	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Rio de Janeiro (RJ)
Jane Portella	Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – Gerência Estadual de DST/ Aids e Hemoderivados	Rio de Janeiro (RJ)
Jorge Lyra	Instituto Papai e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Jorge Magno da Costa	Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Norte	Natal (RN)
Leonardo Lemos de Souza	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Cuiabá (MT)
Liana Reis dos Santos	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina (PR)

Liane Rizzatto	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp)	São Paulo (SP)
Luciana de Oliveira Dias	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Goiânia (GO)
Luciano Freitas Filho	Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco	Recife (PE)
Lula Ramires	ONG Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor (Corsa)	São Paulo (SP)
Márcia Reis Longhi	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Maria Cristina Cavaleiro	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	Paraná (PR)
Maria Dolores Brito Mota	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Fortaleza (CE)
Maria Eulina Pessoa de Carvalho	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	João Pessoa (PB)
Maria Helena Cruz	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Aracaju (SE)
Maria José de Freitas	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	São Paulo (SP)
Maria Rebeca Otero Gomes	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO)	Brasília (DF)
Maria Rosa Lombardi	Fundação Carlos Chagas (FCC)	São Paulo (SP)
Maria Sílvia Cavasin Matanó	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	São Paulo (SP)
Maria Sílvia Ribeiro	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	São Paulo (SP)
Mariana Braga	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO)	Brasília (DF)
Marion Quadros	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Marta Lúcia da Silva	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	São Paulo (SP)
Michel Dias	ONG Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor (Corsa)	São Paulo (SP)
Mônica Conrado	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Belém (PA)
Mónica Franch	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	João Pessoa (PB)

Murilo Toledo Calafange	Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CRP/PE)	Recife (PE)
Myllena Calasans de Matos	Comitê Latino Americano e Caribe para Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem)	Brasil
Nara Vieira	Ministério da Saúde/ Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (MEC/SPE)	Brasília (DF)
Norma Luciano	Secretaria de Educação de São Paulo	São Paulo (SP)
Parry Scott	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife (PE)
Paulo Neves	Faculdade de Educação da USP (Feusp)	São Paulo (SP)
Piedade Marques	Articulação Negra de Pernambuco	Recife (PE)
Regina Facchini	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Campinas (SP)
Ricardo Casco	Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (Nepaids/USP)	São Paulo (SP)
Sandra Unbehaum	Fundação Carlos Chagas (FCC) e ECOS: Comunicação em Sexualidade	São Paulo (SP)
Silvani Arruda	ECOS: Comunicação em Sexualidade	São Paulo (SP)
Suelaine Carneiro	Geledés: Instituto da Mulher Negra	São Paulo (SP)
Susanna Santos Cabral	Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco	Recife (PE)
Suzana Barros	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Rio Grande do Sul (RS)
Sylvia Cavasin	ECOS: Comunicação em Sexualidade	São Paulo (SP)
Temis Parente	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Palmas (TO)
Thais Gava	ECOS: Comunicação em Sexualidade	São Paulo (SP)
Thiago Rocha	Instituto Papai	Recife (PE)
Wivian Weller	Universidade de Brasília (UnB)	Brasília (DF)

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 2106-3697
www.unesco.org/brasilia
grupoeditorial@unesco.org.br
unesconarede
@unescobrasil